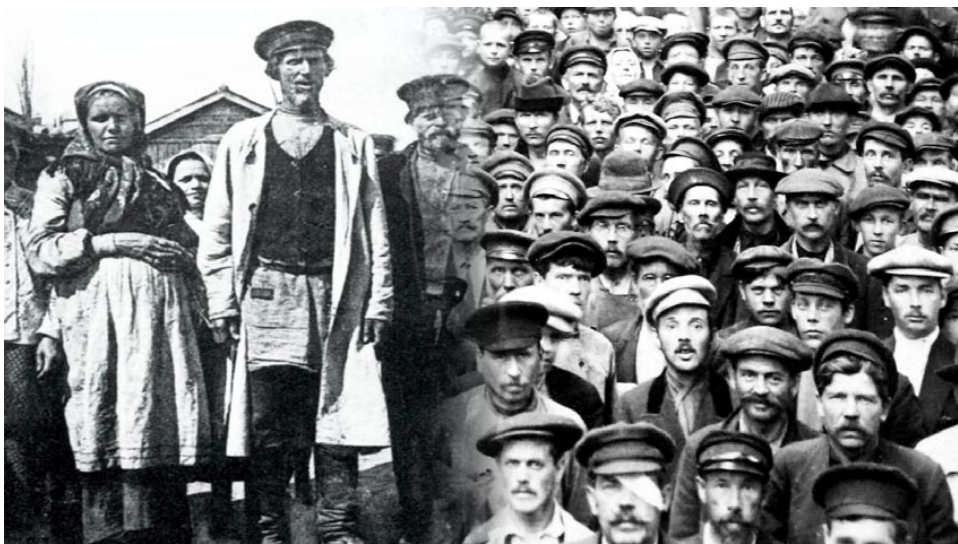


Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Apontamentos sobre a Lei
do Desenvolvimento Combinado,
Guillermo Lora

*Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa
Luxemburgo, Engels e Marx*



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Índice

Apresentação	3
---------------------------	----------

Lei do desenvolvimento combinado aplicado à Bolívia.....	5
---	----------

<i>Em que consiste a lei do desenvolvimento combinado</i>	<i>6</i>
---	----------

<i>A lei do desenvolvimento combinado nas formulações de Trotsky</i>	<i>8</i>
--	----------

<i>Como compreender o desenvolvimento combinado?</i>	<i>13</i>
--	-----------

<i>Nota marginal.....</i>	<i>15</i>
---------------------------	-----------

<i>Dois mundos diferentes e estranhos entre si?</i>	<i>18</i>
---	-----------

<i>Para que nos serve a lei do desenvolvimento c ombinado?.....</i>	<i>21</i>
---	-----------

Extratos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado	25
---	-----------

<i>1.Formulação geral da lei do desenvolvimento desigual e combinado e sua expressão na Rússia</i>	<i>25</i>
--	-----------

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

2. A lei do desenvolvimento desigual e o problema agrário na Revolução Russa	40
3. Resposta à crítica da concepção do desenvolvimento histórico da Rússia e da palavra de ordem de conquista do poder pelo proletariado	42
4. Lei do desenvolvimento combinado, internacionalismo e crítica à tese do “socialismo num só país”	47
Lei do desenvolvimento desigual e combinado	66
5. Outras manifestações do desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente	79
6. Algumas fontes teóricas da lei do desenvolvimento desigual	85
Referências.....	112

Apresentação

Este folheto foi elaborado como desdobramento das formulações e discussões ocorridas na Conferência Regional Nordeste, do Partido Operário Revolucionário (POR), realizada em janeiro de 2021. Em meio aos esforços para melhor conhecer as particularidades da região Nordeste, e sua integração à formação social brasileira, com seus impactos políticos, ideológicos, econômicos e sociais, percebemos que seria importante assimilar com maior precisão a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”.

Antes da lei do desenvolvimento desigual ser enunciada por Lênin, e demonstrado por Trotsky o seu caráter combinado, a dialética do desenvolvimento desigual e as consequentes combinações de modos de produção, em formações sociais determinadas, já compareciam nas obras de Marx e Engels. Rosa Luxemburgo, paralelamente a Lênin e Trotsky, também destacou o desenvolvimento desigual, e as combinações nas formações sociais concretas, em sua obra. Por isso, não nos limitamos à seleção de extratos de Trotsky e Lênin. Os trechos destacados são apenas um guia para o estudo. Eis por que indicamos as leituras das obras completas, referenciadas no final.

Após a seleção dos extratos, decidimos traduzir e publicar, neste folheto, um estudo de Guillermo Lora, de 1992,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

intitulado “Apontamentos sobre a lei do desenvolvimento combinado”, que se encontra no tomo 58 das Obras Completas. Esse trabalho é de enorme valor, porque demonstra a manifestação da lei do desenvolvimento desigual e combinado nas condições particulares da Bolívia, de forma que a teoria constitui um guia para a elaboração do programa da revolução proletária, no caso dos países atrasados e semicoloniais.

A revelação da lei do desenvolvimento desigual, por meio de sua aplicação, auxilia a vanguarda marxista-leninista-trotskista a percorrer o caminho obrigatório da formação do partido-programa.

Esse objetivo concreto nos levou a selecionar inúmeras passagens, sobretudo, de Lênin e Trotsky, para a Escola de Quadros, que se realizou, em Fortaleza, nos dias 31 de julho e 1º de agosto de 2021.

Abril de 2021

Lei do desenvolvimento combinado aplicado à Bolívia

Anotações sobre o desenvolvimento combinado
A lei do desenvolvimento desigual e a lei do desenvolvimento combinado

Guillermo Lora

A lei do desenvolvimento desigual é uma das mais gerais do desenvolvimento da sociedade humana, ainda que se manifeste mais claramente no período capitalista. Lenin sublinhou, uma e outra vez, sua importância para a análise da transformação da sociedade em nossa época.

Trotsky, polemizando com os estalinistas, sublinhou o caráter universal da lei do desenvolvimento desigual.

Para alguns, a lei do desenvolvimento combinado seria diferente da lei do desenvolvimento desigual, o que leva à conclusão de que as sociedades conhecidas, em seu desenvolvimento, essas duas leis, que nada ou muito pouco teriam a ver entre si. Essa colocação é defeituosa e pode levar a muitos erros.

A lei do desenvolvimento combinado não é mais que a do desenvolvimento desigual aplicada aos países atrasados e, particularmente, nesta época do capitalismo.

A lei do desenvolvimento desigual não é mais que a diferença no ritmo de desenvolvimento entre os diversos países e continentes entre si.

A explicação anterior não nos deve levar à conclusão de que os países atrasados, em um determinado momento, com referência a outros que tivessem alcançado altos níveis de progresso, sempre permaneceriam atrasados. A dialética do processo histórico ensina que, em determinadas circunstâncias, os países atrasados podem adquirir um ritmo veloz de desenvolvimento, e colocar-se na vanguarda dos outros países e continentes.

Aqueles que se reivindicam do marxismo-leninismo, apesar de expressarem distintas posições, não rejeitam expressamente a lei do desenvolvimento desigual. Mas, não poucas vezes, a aplicam muito mal. Quase todos, no entanto, ignoram ou rejeitam a lei do desenvolvimento combinado, que, em última instância, significa repudiar a lei do desenvolvimento desigual.

É preciso reforçar que a lei do desenvolvimento desigual se aplica a todas as sociedades que a humanidade conheceu.

As condições geográficas e a riqueza dos recursos naturais podem contribuir, em determinado momento, para agravar o atraso ou acelerar o progresso. Evidentemente, não se trata dos únicos fatores que contribuem para a evolução dos países.

As leis da história encarnam nos homens e nas classes sociais. A sua ação se converte no fator decisivo para a transformação das sociedades e dos países, certamente atuando sobre a natureza, para transformá-la e conhecê-la.

Em que consiste a lei do desenvolvimento combinado

Trotsky, no seu livro “Balanço e Perspectivas”, particularmente no “História da Revolução Russa”, e, sem dúvida, no “Teoria da Revolução Permanente”, ensina que a lei do desenvolvimento combinado não é mais que a coexistência de diversos modos de produção, determinados pelo desen-

volvimento das forças produtivas.

No “Balanço e Perspectivas”, lemos que o marxismo ensina que o desenvolvimento das forças produtivas constitui a base do processo sócio-histórico. A formação de corporações e classes econômicas somente foi possível quando esse desenvolvimento alcançou um ponto determinado.

A explicação anterior põe em evidência que não se pode aplicar arbitrariamente tal ou qual concepção para as diversas sociedades, à margem do desenvolvimento alcançado pelas forças produtivas.

Assentamos os fundamentos anteriores para reforçar que o capitalismo, com todas as suas particularidades e suas próprias leis, é que põe de relevo a lei do desenvolvimento combinado, pela simples razão de que converte a economia, o mercado e também os fenômenos superestruturais em dimensões universais.

É uma lei do capitalismo, o impulso de penetrar em todos os rincões do mundo, para transformá-los e para incorporá-los em seu seio. Todos os países, na atualidade, são parte dessa unidade superior, que é a economia mundial. Conformam a sociedade capitalista e, portanto, estão em inter-relação, tanto com as metrópoles imperialistas, quanto com os países atrasados ou semicoloniais. São essas condições que permitem analisar a lei do desenvolvimento combinado em toda a sua magnitude.

Condicionada pela economia mundial, o caráter da revolução em nossa época é mundial, se realmente se objetiva sepultar o capitalismo envelhecido, e substituir a grande propriedade privada burguesa dos meios de produção pela social.

Os países atrasados – cujo objetivo central é libertar-se da opressão imperialista – são fundamentais para a revolução em nossa época. O empenho para compreender o papel que devem desempenhar, nesse processo de transformação radical, levou a revelar a lei do desenvolvimento e transformação do entorno semicolonial.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

A resposta foi precisamente a lei do desenvolvimento combinado, cuja enunciação constitui um dos aportes de Leon Trotsky à teoria marxista.

A lei do desenvolvimento combinado nas formulações de Trotsky

No “1905” – um livro fundamental e polêmico de Trotsky –, se encontra uma das provas da aplicação da lei do desenvolvimento combinado à revolução em um país atrasado.

Em sua polêmica com Pokrovsky, ao redor da revolução de 1905, Trotsky colocou assim o problema:

“Em que consiste, a rigor, o atraso da Rússia? Por acaso, não faz outra coisa que seguir, mas com certo atraso, a história dos países europeus ocidentais. Como então falar da conquista do poder pelo proletariado russo? Não se esqueça – tomamos a liberdade de lembrá-lo – que o proletariado russo está no poder. Como se explica isso? Explica-se, simplesmente, pelo fato de que, pressionado e influenciado pelo nível mais alto da cultura ocidental, o indiscutível e não discutido atraso histórico da Rússia não a leva a uma repetição pura e simples do processo histórico do Ocidente. Mas engendra profundas peculiaridades, dignas de especial estudo (...)

“O capitalismo russo não seguiu a trajetória do artesanato de fábrica, passando pela manufatura, porque o capital europeu, o capital comercial primeiro, e, depois, o financeiro e o industrial, se lançou sobre a Rússia, numa época em que o artesanato não se tinha desvinculado da agricultura. Assim se explica a aparição de uma indústria capitalista moderna, em meio a um quadro de primitivismo econômico, de vez em quando uma fábrica belga ou americana e, ao redor, povoados miseráveis, palhoças de madeira e de palha, que não passam anos sem que se incendeiem, e coisa do estilo. Ao lado dos rudimentos mais primitivos, os mais recentes progressos europeus. Daqui o papel imenso que o capital europeu desempenha na economia russa. Daqui o raquitismo político da burguesia de nosso país. Daqui a facilidade com que lhe demos batalha. Daqui que as dificuldades surgiram

ao intervir a burguesia europeia em nossos destinos (...)

“E nosso proletariado? Passou por acaso pela escola das irmandades medievais? Veio por trás das tradições seculares das corporações? Nada disso. O nosso operário partiu da ferramenta do arado, para levá-lo, de noite até amanhã, para a caldeira da fábrica (...) daqui, a ausência nele de tradições conservadoras, a inexistência de castas no seio do proletariado, sua ousadia revolucionária; daqui – em relação com outras causas – o nosso Outubro, o primeiro governo operário do mundo. Mas, daqui, também a incultura, o atraso, a carência de hábitos de organização, de sistema no trabalho, de educação cultural e técnica, defeitos todos com que nos defrontamos, a cada passo, em nossa obra de edificação econômica e cultural.

“Também o capital russo se chocou, ao esboçar os seus primeiros passos, com o capital do ocidente, mais desenvolvido e poderoso, caindo sob sua tutela. A classe operária russa teve de dar também seus primeiros passos, utilizando as armas já criadas pela experiência do proletariado ocidental: a teoria marxista, os sindicatos, o partido político. Quem pretenda explicar o caráter e a política da autocracia, fixando-se somente nos interesses das classes possuidoras russas, se esquece que, por trás dos exploradores da Rússia, mais atrasados, mais pobres, mais ignorantes, estavam os exploradores da Europa, mais ricos, mais cultos, mais poderosos. As classes possuidoras da Rússia se viam obrigadas a se chocar com as classes possuidoras europeias, adversas ou semi adversas.”

A economia combinada na Rússia – essa observação pode aplicar-se a todos os países atrasados, inclusive ao nosso – foi o resultado da invasão do capital estrangeiro e das transformações, que se impuseram nos setores da economia que interessavam diretamente às metrópoles do capital comercial ou financeiro.

Por seu turno, esse desenvolvimento parcial capitalista reagiu como força estranguladora sobre o restante da economia, e a manteve no atraso, ou seja, no pré-capitalismo.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Por sua vez, a Rússia capitalista atrasada se viu obrigada a viver e se confrontar com os países capitalistas mais avançados. Pode-se concluir que a atrasada Rússia foi incorporada desde fora à economia mundial, devido à presença do capitalismo internacional.

Esse processo de desenvolvimento combinado obriga as diferentes classes sociais do país atrasado a se condicionarem mutuamente, mas também a se enfrentarem com as classes sociais dos países altamente desenvolvidos.

É elementar concluir que, numa etapa anterior à capitalista, o desenvolvimento dos diferentes países teria percorrido outros caminhos.

Trotsky, na “História da Revolução Russa”, sistematiza o que havia sido escrito a respeito, por isso interessa extrair resumidamente o capítulo intitulado “Particularidades do desenvolvimento da Rússia”:

“As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se nos revela, em parte alguma, com a evidência e a complexidade com que torna patente o destino dos países atrasados. Acossados pela falta das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar em saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual, se deriva outra, que, por falta de nome mais adequado, qualificaremos de lei de desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e a combinação de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, qualquer que seja seu credo”.

A lei do desenvolvimento combinado constitui a base da teoria da revolução permanente, que é a resposta à necessidade histórica de superar o atraso da maior parte dos países do mundo; em outras palavras, de realizar as tarefas democrático-burguesas pendentes, nesta etapa de en-

velhecimento do sistema capitalista. Voltemos a Trotsky.

“O traço fundamental e mais constante da história da Rússia é o caráter atrasado de seu desenvolvimento, com o atraso econômico, o primitivismo das formas sociais, e o baixo nível de cultura, que são consequências forçadas”.

É preciso destacar que esse atraso generalizado não é, ainda, o desenvolvimento combinado, que, para que se dê, têm de estar presentes as manifestações do que há de mais elevado do desenvolvimento da sociedade humana.

“Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas”. Isso é possível quando esses países se integram à economia mundial.

“Mas isso não significa que sigam essas últimas (nações avançadas) servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da repetição dos ciclos históricos – procedente de Rikov e seus discípulos (...) se apoia na observação dos ciclos das velhas culturas pré-capitalistas e, em parte, também, das primeiras experiências do capitalismo”. Pode-se dizer que está ausente a economia mundial como fator da vida e do desenvolvimento de todos os países.

Trotsky confirma o que estamos dizendo. *“O caráter provincial e episódico de todo o processo fazia com que, efetivamente, se repetissem, até certo ponto, as distintas fases da cultura, nos novos núcleos humanos. No entanto, o capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalização e permanência na evolução da humanidade. Com isso, se exclui a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas diferentes nações”. Pode-se dizer que se combinam os diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade humana.*

“Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não se ajusta, em seu desenvolvimento, à concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – privilégio que existe realmente – está em poder assimilar as coisas, ou melhor dizendo, em se lhes obrigar a assimilar antes do prazo previsto, saltando por cima de toda uma série de etapas intermediárias. Os selvagens passaram bruscamente da flecha ao fuzil,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

sem percorrer o caminho que separa, no passado, essas duas armas; os colonizadores europeus da América não tiveram necessidade de voltar a começar a história pelo princípio. Se a Alemanha ou os Estados Unidos puderam deixar para trás economicamente a Inglaterra, foi, precisamente, porque ambos os países vinham atrasados na marcha do capitalismo. E a anarquia conservadora, que hoje reina na indústria carbonífera britânica e na mentalidade de McDonald e de seus amigos, é a vingança por esse passado, em que a Inglaterra demorou mais tempo do que o necessário empunhando o cetro da hegemonia capitalista. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada faz, forçosamente, que se confundam com ela, de uma maneira característica, as distintas fases do desenvolvimento histórico. Aqui, o ciclo apresenta, enfocado em sua totalidade, um caráter irregular, complexo, combinado.”

“Claro está que a possibilidade de passar pelo alto as fases intermediárias não é nunca absoluta; acha-se frequentemente condicionada, em última instância, pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro ao assimilá-las em sua cultura mais primitiva. Desse modo, o processo de assimilação apresenta um caráter contraditório. Assim, por exemplo, a introdução dos elementos da técnica ocidental, sobretudo a militar e manufatureira, sob Pedro I se traduziu no agravamento do regime servil como forma fundamental da organização do trabalho. O armamento e os empréstimos do continente europeu – produtos, indiscutivelmente, de uma cultura mais elevada – determinaram o fortalecimento do czarismo que, por sua vez, se interpôs como um obstáculo diante do desenvolvimento do país”.

Em nossa época – na etapa imperialista do capitalismo –, é a forma de incorporação dos países atrasados à economia mundial, uma fase de invasão do capital forâneo, que determina que as leis gerais do capitalismo se expressem no país atrasado como desenvolvimento combinado.

Como compreender o desenvolvimento combinado?

Os países atrasados – próprios do entorno semicolonial – expressam o que é o desenvolvimento combinado: diversos modos de produção, atraso (herança do passado) e o progresso, a última palavra do avanço da civilização representada pelo capitalismo. Aparecem como a síntese do longo caminho percorrido pela humanidade.

Não se trata da diversidade com que cada um dos componentes percorre seu próprio caminho, que nada tem a ver com a dos outros. Deve-se sublinhar que os diversos modos de produção – diversos e até excludentes entre si – conformam uma unidade dialética, condicionam-se mutuamente, e que, com frequência, o atraso se converte na alavanca do progresso, etc.

O conflito entre progresso e atraso não anula ou substitui a contradição fundamental, que se dá na estrutura econômica da sociedade, mas a expressa a seu modo. Tal conflito se projeta para a superação do atraso, do pré-capitalismo.

Essa colocação do desenvolvimento combinado dos países atrasados parte da certeza de que os integrantes da economia mundial capitalista – unidade superior, que domina e transforma as economias nacionais, não é uma soma de particularidades – se mantêm em uma inter-relação mútua, o que demonstra que é incorreto falar de uma unilateral dependência.

Em determinadas condições, os centros metropolitanos mais desenvolvidos – por serem produtores cosmopolitas que utilizam matérias-primas e força de trabalho procedentes de todos os rincões da Terra, e cujas mercadorias estão destinadas ao mercado mundial – demonstram ser mais vulneráveis que o entorno semicolonial às pressões econômicas do adversário. Um cartel de produtores de matérias-primas pode, em certas circunstâncias, paralisar facilmente o monstruoso aparato produtivo das metrópoles imperialistas opressoras.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Uma grande parte da população dos países atrasados está imersa na economia familiar de consumo, herança arastada do passado pré-capitalista. No entanto, essa prova inequívoca de atraso lhe pode permitir sobreviver ao boicote econômico imperialista, e por muito tempo. A revolução social pode permitir que o atraso se torne em vantagem, e permita que o desenvolvimento acelerado da ex semicolônia se dê em saltos, o que pode determinar que adquira um ritmo acelerado de desenvolvimento, de maneira que alcance e ultrapasse a metrópole atualmente opressora.

De uma maneira geral, as metrópoles do capital financeiro encarnam o progresso no desenvolvimento da humanidade, e as semicolônias – os países atrasados –, o atraso. No entanto, não constituem dois mundos independentes entre si – como parecem insinuar os cepalistas –, mas essa unidade é a economia mundial. A conclusão imediata – corroborada até a saciedade pela prática diária – é a de que o progresso e o atraso estão em inter-relação, e se condicionam mutuamente. O “progresso” e a democracia formal, burguesa, se nutrem e existem à custa da miséria e do atraso do entorno semicolonial, que abarca grande parte do mundo.

O capitalismo – de maneira necessária e inevitável – incorpora em seu seio os países atrasados e, por isso, estabelece uma inter-relação entre eles. Processo que se materializa a chicotadas, segundo escreveu Trotsky.

Partindo dessa consideração do trotskismo, define-se a Bolívia como país capitalista atrasado, de economia combinada. Assim, fica assinalado implicitamente que a atrasada Bolívia esteja em inter-relação com a metrópole ou metrópoles que a oprimem politicamente, e a exploram no plano econômico. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo e o do próprio país atrasado abrem a perspectiva de que se reverta esse estado de coisas, de maneira que o polo do atraso salte até a vanguarda do progresso. Não em vão, a classe social capaz de dirigir a nação oprimida para a revolução social é o proletariado, criatura do capitalismo e, no entanto, não proprietária.

Aqueles que, equivocadamente, sustentam que um país atrasado e o imperialismo mantêm uma relação unilateral de dependência e submissão do primeiro a este último estão fora da realidade, e seu pensamento não é dialético.

Esta forma de colocar a questão é tipicamente estalinista, tendência contrarrevolucionária que sustenta a vigência da revolução democrático-burguesa – nesta época de desagregação do imperialismo – e a cooperação com o imperialismo, “democrático” ou fascista, segundo as conveniências conjunturais.

As correntes reformistas, revisionistas – entre elas as estalinistas-foquistas – forçadamente colocam a dependência unilateral do país atrasado em relação à metrópole, não somente porque são estranhos ao marxismo, mas porque não acreditam na possibilidade da destruição do imperialismo pela revolução proletária, para eles, o ideal é a cooperação e coexistência pacífica de todos, para o bem e defesa da humanidade, como pretendeu Gorbachev.

As considerações anteriores se fizeram necessárias porque não se pode compreender a lei do desenvolvimento combinado fora da economia mundial, do capitalismo.

Nota marginal

Tudo o que foi anotado até aqui, e o que se dirá mais adiante, é contrário ao pensamento dos indigenistas, nativistas, kataristas, profetas de Pachakuti, partidos indígenas, e todos os que dizem representar os interesses e a vontade das nacionalidades nativas atualmente oprimidas.

A lei do desenvolvimento combinado permite compreender o que são aymaras, quechuas e guaranis, e também o caminho que percorrerão para poder conquistar sua libertação. Ao mesmo tempo, ajuda a colocar às claras a mecânica entre as classes sociais em geral, e a que se dá entre o proletariado e as nações-classe oprimidas.

A estratégia da libertação nacional, que necessariamente em nossa época, de esgotamento do capitalismo, se inclui

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

como um dos pontos essenciais da revolução proletária, só pode ser politicamente expressa pela classe operária.

Dito assim, simplesmente o problema apareceria como a repetição mecânica de uma abstração ou de uma consigna. Trata-se de outra coisa.

O proletariado, para se libertar – para deixar de ser assalariado –, tem obrigatoriamente de libertar toda a sociedade. Para realizar a revolução operária e instaurar a ditadura do proletariado (o governo operário camponês, em nosso caso), deve superar sua condição de classe minoritária, consequência do pouco desenvolvimento do capitalismo, mediante a liderança de toda a nação oprimida pelo imperialismo, particularmente da maioria camponesa.

Tudo isso obriga o proletariado a expressar politicamente os interesses e objetivos de aymaras, quéchuas e guaranis.

Não se trata de que as nações nativas sigam ao operário para atuar como se fossem seus dependentes, seus escravos, e sim da inter-relação entre eles se transforme em uma verdadeira simbiose na luta revolucionária. Um único setor social oprimido não poderá acabar com sua situação de submissão e pobreza. Serão os aymaras, quéchuas e guaranis os que levarão o proletariado ao poder, mas precisam desse para se expressar politicamente.

As particularidades da maioria dos trabalhadores bolivianos do campo (referimo-nos aos que estão imersos no pré-capitalismo, e não à minoria das grandes fazendas agropecuárias do Oriente) – consequência do atraso, do trabalho individual familiar com ferramentas primitivas, que se traduzem na quase inexistência do mercado interno, no predomínio da economia familiar de consumo – podem limitar-se ao extremo localismo, e à condição de pequenos proprietários, incluindo os que habitam nos ayllus, nas comunidades.

A maneira pela qual os aymaras, quéchuas e guaranis produzem sua vida social – em uma palavra, seus alimentos – determina suas aspirações, suas possibilidades de expressar ou não o conteúdo político de tais nacionalida-

des. Em outras palavras, a massa das nacionalidades nativas não pode se expressar politicamente por si só, não podem se organizar em partidos políticos com programa qualitativamente diferente do da burguesia ou do proletariado, que são as classes sociais opostas e excludentes da sociedade de nossa época.

Porém, as nações nativas atualmente oprimidas têm de libertar-se, processo que será uma das expressões da luta anticapitalista, que como tal é anti-imperialista.

Os camponeses não podem chegar a constituir um partido independente. É por isso que se expressarão através da política revolucionária do proletariado.

Podemos citar, como exemplos, que confirmam nossa colocação, o apoio camponês no passado, e, com as armas nas mãos, o apoio aos liberais, durante a revolução federal, ou ao MNR, em 1952 e depois. Essa linha colaboracionista chega a um extremo inesperado quando o katarista Cárdenas postula a vice-presidência, junto ao Patiño de hoje.

O exposto é uma expressão da lei do desenvolvimento combinado. A revolução anticapitalista e pela libertação das nacionalidades nativas será também combinada.

É preciso ter muito cuidado em não confundir as ideias e a conduta – ou melhor, inconduta – dos que pretendem passar de ideólogos e dirigentes de aymaras, quéchuas e guaranis, das massas das nacionalidades nativas, de suas organizações naturais.

Agora, tornou-se difícil encontrar líderes autênticos dos oprimidos e explorados do campo. Insurgem, de quando em quando, potentes, incontrolláveis, como expressões de uma forte personalidade. Na atualidade, aparecem ausentes do cenário, talvez porque todos os espaços estão cheios dos dirigentes sindicais burocratizados e dos chamados ideólogos dos partidos indígenas, do indigenismo, do katarismo, etc. A classe dominante e “seu” governo se entendem perfeitamente com os oportunistas, carreiristas e famintos de dinheiro, o segredo está em que a burguesia, e até o imperialismo, contam com eles como instrumentos

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

que lhes permitem impor sua política e seus planos a uma parte considerável do país.

As massas camponesas ganham as estradas, as ruas das cidades, ocupam as terras e ajustam contas com as autoridades governamentais, cumprem suas obrigações funcionais de governo – os sindicatos do campo, quando têm vida, são verdadeiros sovietes, órgãos de poder que praticam a democracia direta, e inexoravelmente executam a violência revolucionária – tudo isso pelo impulso de uma carga instintiva poderosa.

A história demonstrou, uma e outra vez, que, nessas circunstâncias excepcionais, se potencia e eclode a assombrosa capacidade criadora dos de baixo. Sua experiência acumulada no trabalho imerso na produção, procurando ansiosa e desesperadamente se apoderar das forças cegas da natureza, se traduz em inovações, em propostas surpreendentes, etc.

Como esquecer que, à guerra irregular, à guerra de guerrilhas, ao bloqueio de estradas, enfim à ação direta multifacetária, devemos à capacidade criadora indiscutível das massas camponesas?

Instintivamente e, às vezes, podem formular algumas saídas aos problemas que própria luta direta cria, mas nem sequer então conseguem expressar politicamente – no plano da luta de classe contra classe – seus verdadeiros objetivos estratégicos.

Os teóricos a soldo, alguns que os repetem, os politiqueros democratizantes e os burocratas sindicais – que vivem e se movem graças ao dinheiro, que lhes paga a burguesia, os governos de turno e o imperialismo –, se limitam a lançar proposições reformistas, pró burguesas, reformas legais, que lhes permitam materializar sua convivência com a classe dominante.

Dois mundos diferentes e estranhos entre si?

A lei do desenvolvimento combinado constata a justaposição e inter-relação dos mais diversos modos de produção; se analisamos cada um deles, comprovaremos que, por sua

vez, têm suas próprias leis, condicionadas e modificadas, por sua vez, pelas leis gerais do capitalismo mundial.

A lei do desenvolvimento desigual explica que o modo de produção capitalista imperialista – fundamento principal da classe dominante burguesa –, cujas características estão marcadas profundamente pelo atraso do país, se impõe predominantemente sobre o capitalismo. O imperialismo constitui o grande muro que impede o acesso da maioria nacional à civilização.

Esses são os traços marcantes da inter-relação entre pré-capitalismo e progresso.

É preciso entender que, entre o atraso e o progresso, existe uma inter-relação, e não complementação ou cooperação. Entre pré-capitalismo-atraso e capitalismo-progresso existe conflito, e são excludentes.

Isso não supõe que um extremo seja independente ou estranho ao outro, mas que se condicionam mutuamente.

O capitalismo é internacional, o que supõe que é força externa, diante do primitivismo ou do atraso, expressão do localismo. Estão em conflito, mas formam uma unidade.

A classe dominante (a burguesia-imperialismo) se sobrepõe ao atraso, à maioria nacional, porém, seu destino é travar uma dura batalha contra esta, nem bem se incorpore para buscar a extirpação do atraso, do primitivismo. Esta pugna vai criando as condições para desencadear o desenvolvimento, a acelerada marcha para o progresso.

A burguesia de um determinado país atrasado – e, em maior medida, o imperialismo – vai deixando sua marca indelével na face dos setores sociais imersos no pré-capitalismo, não somente no plano econômico, mas também no cultural.

O homem, no processo do trabalho produtivo, vai criando a cultura, considerada na sua mais ampla acepção. O exemplo da linguagem é instrutivo, pois, as relações de produção vão contribuindo para a sua transformação.

O capitalismo – a burguesia interna e o imperialismo – vai modificando constantemente, com suas pressões, o trabalho, a produção das nações nativas, sobretudo gra-

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

ças aos vínculos destas com o mercado, ainda que somente seja ocasional.

A burguesia e o capitalismo não são alheios aos traços diferenciais – sobretudo no aspecto econômico – da economia dos camponeses. Seu peso negativo – quando tem esse sentido – atua como obstáculo à sua marcha.

Quando se dá essa inter-relação – traço permanente – não se pode falar de dois mundos, de duas sociedades que marcham independentemente e em direções opostas. A economia, em suas múltiplas manifestações, contribui para fundilos em uma unidade dialética, internamente contraditória.

O correto é dizer que se trata de dois extremos opostos do processo de desenvolvimento da sociedade, e não se podem esperar soluções à margem de tal contradição.

A revolução – caminho que permitirá superar o atraso – será também combinada, não em vão obedece à necessidade de superar a contradição fundamental, que se dá na estrutura econômica da sociedade. A classe revolucionária terá de cumprir as tarefas democrático-burguesas – de outra forma, liquidar o pré-capitalismo – e as socialistas, num processo de constante inter-relação.

O capitalismo supõe a divisão entre cidade e campo, e a submissão deste à primeira. Essa divisão não pressupõe que cada um marche por sua conta e com total Independência. A inter-relação multiforme não desaparece em momento algum.

Será a revolução social a que superará a ruptura entre a cidade e o campo, isso porque será a poderosa alavanca que permitirá o desenvolvimento global das forças produtivas.

Novamente, se coloca a questão de saber que classe social terá capacidade necessária para dirigir a marcha das forças motrizes da revolução da cidade e do campo. Referimo-nos à marcha para a destruição da ordem social burguesa.

A inexistência de relações entre os modos de produção burgueses e pré-capitalistas obrigaria que esses últimos evoluíssem inevitavelmente para a grande propriedade burguesa dos meios de produção, à margem do que pu-

desse acontecer no âmbito da produção puramente capitalista, e que seria a busca do comunismo. Isso pode colocar-se unicamente no plano das suposições.

A própria experiência histórica obriga a formular a questão em outros termos. Toda luta camponesa que se deu no presente século – quando chegou a uma grande tensão – sempre se projetou para a busca de apoio da classe operária, para fundir-se com ela.

Unicamente os ideólogos e partidos indígenas – reformistas e eleitoralistas até a medula – sempre se negaram a sair do campo burguês, e se esgotaram no empenho de melhorar a inexistente democracia formal.

Outra coisa é reconhecer as verdadeiras contribuições das nacionalidades nativas oprimidas para a luta revolucionária, isso de acordo com suas próprias características, com sua particular história, etc.

Ninguém garante que a luta de aymaras, quéchuas e guaranis será sempre igual, calcada no mesmo modelo, contrariamente, será diferente por sua forma, mas idêntica por seus grandes objetivos estratégicos.

Cabe apontar que a classe operária – anticapitalista por sua própria natureza – já contribuiu ao movimento camponês com seus peculiares métodos de luta, que, não poucas vezes, se apropriou dela, certamente que modificando, dando-lhe uma particular projeção.

Por sua vez, os explorados e oprimidos do campo assimilaram da classe operária formas de organização e métodos de luta, que, em mãos daqueles, se transformaram profundamente. Somente um exemplo: os sindicatos foram formalmente tomados do arsenal operário e transformados em verdadeiros sovietes, em órgãos de poder.

Para que nos serve a lei do desenvolvimento combinado?

Não poucos argumentam que o definitivo na busca do futuro das nações nativas está na diversidade da geografia em que estejam assentadas, e também nas manifestações culturais.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Não é casual que coloquem, como algo decisivo e definitivo, a autodeterminação cultural. Apressamo-nos em apontar que o que se trata é de conquistar a libertação dessas nacionalidades, ou seja, a autodeterminação, o que quer dizer seu direito a constituírem-se em Estados soberanos. Isso supõe formular as soluções no campo político.

É certo que existe diversidade em quase todos os aspectos, mas o que define em último termo é o modo de produção que impera atualmente nas diversas nacionalidades.

Em todos os rincões do mundo, o passado histórico nos conduz ao comunismo primitivo, mas sua lembrança não é suficiente para a fixação de uma linha política revolucionária, resultado da história de ontem, e das condições particulares do presente.

A lei do desenvolvimento combinado – própria dos países atrasados – deve ser utilizada pelos revolucionários para conquistar os seguintes objetivos:

- 1) Começar estudando-a em todos os seus aspectos e, nessa medida, está colocado o seu enriquecimento diário. Para muitos, se trata de uma verdadeira descoberta, pois, foi ignorada ou não levada em conta. Um exemplo: os estalinistas a substituem genericamente, segundo nosso entendimento, pela lei do desenvolvimento desigual, cujo caráter universal já assinalamos. Cabe assinalar toda a sua riqueza. As contribuições nesse terreno serão numerosas. Isso não significa cair no absurdo, como faz o norte americano Warde, que pretende aplicar essa lei, própria da sociedade humana, a todos os âmbitos do conhecimento.
- 2) Não substitui o conhecimento documentado da realidade em todas as suas manifestações. Não deve ser tomada como um rótulo para encobrir a ignorância, o desconhecimento da realidade dos países atrasados. Se se incorre nesse equívoco – um verdadeiro despropósito – a linha política que se elabore será errônea, que conduzirá à derrota, e de nenhuma maneira à vitória revolucionária. Os revolucionários profissionais, os dirigentes das mas-

sas, têm a obrigação de conhecer devidamente a lei do desenvolvimento combinado, e saber aplicá-la à realidade em constante transformação.

- 3) As revoluções das metrópoles altamente desenvolvidas e dos países atrasados têm suas próprias leis, cujo conhecimento se vê facilitado pela aplicação da lei do desenvolvimento combinado.
- 4) Referirmo-nos ao caso da Bolívia capitalista atrasada, como se repete em numerosas definições, não é suficiente permanecer aí. O desafio para os trotskistas – se refere ao futuro da revolução – está em aprofundar o conhecimento do país em todas as suas facetas, em revelar a realidade, até agora ignorada, das nacionalidades nativas. Ao mesmo tempo, se deve aprofundar a perspectiva da revolução a se realizar, e de sua própria natureza.

Cabe estudar a natureza e a profundidade do atraso em todos os seus aspectos, e particularmente no econômico. Ao mesmo tempo, deve-se assinalar como o atraso influencia na mecânica de classes e nas particularidades da revolução boliviana.

- 5) O enunciado abstrato da lei não substitui esse conhecimento indispensável. O caminho do equívoco e da derrota está quase sempre impregnado de erros desse tipo.
- 6) Na atualidade, existe desconhecimento da lei do desenvolvimento combinado em todas as suas facetas, que se traduz em uma extrema debilidade nas respostas que se dão à mecânica de classes, particularmente a que existe entre o proletariado e as nações-classe, o campesinato.

Tampouco está satisfatoriamente estudada a natureza e a perspectiva da revolução proletária.

Essa debilidade incide catastróficamente sobre o movimento revolucionário, e conclui fortalecendo o reformismo revisionista de todos os matizes, incluindo o indigenismo.

Não se deve esquecer que, antes da insurreição, o exér-

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

cito revolucionário (a nação oprimida pelo imperialismo colonizador) tem de derrotar a reação burguesa-imperialista, e seus aliados reformistas e revisionistas, no campo ideológico.

O exposto indica que é fundamental levar em conta que a política revolucionária – é disso do que se trata e não de outra coisa – é criação teórica. No caso presente, a questão está em que o satisfatório conhecimento e manejo da lei do desenvolvimento combinado nos permita revelar a realidade que se pretende transformar, e a orientação e particularidades dessa própria transformação.

Apontamos algumas recomendações para o trabalho prático imediato:

- a) investigar com maior profundidade a lei do desenvolvimento combinado, partindo de todas as contribuições teóricas a respeito.

Esse estudo não deve ser, de nenhum modo, abstrato, como uma generalização, e sim com a ajuda de sua aplicação imediata ao conhecimento da realidade na qual nos movemos, e com a finalidade de aperfeiçoar e potenciar a luta revolucionária.

- b) preparar a militância nesse plano, através de escolas periódicas, da divulgação de todo o escrito sobre a lei do desenvolvimento combinado.

O estudo detalhado e paciente desta importantíssima questão deve ser recomendado às células.

O presente escrito pretende ser uma modestíssima contribuição ao estudo que deve empreender, de imediato e irrecusavelmente, o marxista-leninista-trotskista boliviano, se realmente está interessado em elaborar uma correta política revolucionária.

Dezembro de 1992

Extratos sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado

1. Formulação geral da lei do desenvolvimento desigual e combinado e sua expressão na Rússia

Três concepções da Revolução Russa, TROTSKY, 1939.

O que caracteriza em primeiro lugar o desenvolvimento da Rússia é o atraso. O atraso histórico, no entanto, não significa a mera reprodução do desenvolvimento dos países avançados com uma simples demora de um ou dois séculos. Ele engendra uma formação social combinada totalmente nova, na qual as conquistas mais recentes da técnica e a estrutura capitalista entrelaçam-se com relações próprias da barbárie feudal e pré-feudal, transformando-as, submetendo-as e criando uma relação peculiar entre as classes. O mesmo se aplica ao terreno das ideias. Precisamente por causa do seu atraso histórico, a Rússia foi o único país europeu em que o marxismo, como doutrina, e a socialdemocracia, como partido, alcançaram antes da revolução burguesa um poderoso desenvolvimento. É

natural então que precisamente na Rússia o problema da relação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo tenha sido submetido à mais profunda análise teórica.

História da Revolução Russa, TROTSKY, 1930 – Tomo I

Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas, isso não significa que sigam essas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da reiteração dos ciclos históricos – procedente de Vico e seus discípulos – apoia-se na observação dos ciclos das velhas culturas pré-capitalistas e, em parte, também nas primeiras experiências do capitalismo. O caráter provincial e episódico de todo o processo admite que efetivamente repitam, até certo ponto, as distintas fases de cultura em novos núcleos humanos. Sem dúvida, o capitalismo implica a superação dessas condições. O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isso, exclui-se já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não se ajusta em seu desenvolvimento à concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – o que de fato é – está em poder assimilar as coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previsto, saltando por toda uma série de etapas intermediárias. Os selvagens passam, da flecha ao fuzil, de um golpe, sem recorrer à trilha que, no passado, separaram essas duas armas. Os colonizadores europeus da América não tiveram necessidade de começar a história desde o princípio. Se a Alemanha ou os Estados Unidos puderam ultrapassar economicamente a Inglaterra, foi precisamente porque ambos os países vinham atrasados na marcha do capitalismo. E a anarquia conservadora que reina hoje na indústria carbonífera britânica e na mentalidade de MacDonald e de seus amigos é a vingança do passado, em que a Inglaterra demorou mais tempo do

que o devido empunhando o cetro da hegemonia capitalista. O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz, forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira característica, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo, combinado.

Está claro que a possibilidade de passar por cima das fases intermediárias não é nunca absoluta; está sempre condicionada, em última instância, pela capacidade de assimilação econômica e cultural do país. Além disso, os países atrasados rebaixam sempre o valor das conquistas tomadas do estrangeiro, ao adaptá-las à sua cultura mais primitiva. Desse modo, o processo de assimilação toma um caráter contraditório. Assim, por exemplo, a introdução dos elementos da técnica ocidental, sobretudo militar e manufatureira, sob Pedro I, traduziu-se no agravamento do regime servil como forma fundamental da organização do trabalho. O armamento e os empréstimos europeus – incontestáveis produtos de uma cultura mais elevada – determinaram o fortalecimento do czarismo, que, por sua vez, colocou-se como um obstáculo ao desenvolvimento do país.

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedante. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar aos saltos. Dessa lei universal do desenvolvimento desigual da cultura, decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem essa lei, tomada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, ou a de outro país de avanço cultural atrasado,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

seja em segundo, terceiro ou décimo grau. (p. 20-22).

[...]

Como já dissemos, é precisamente no campo da economia que se manifesta, com seu máximo relevo, a lei do desenvolvimento combinado. Enquanto, até o momento do estalar da revolução, a agricultura se mantinha, com pequenas exceções, quase no mesmo nível do século XVII, a indústria, no que se refere à sua técnica e estrutura capitalista, estava no nível dos países mais avançados e, em alguns aspectos, os ultrapassava. No ano de 1914, as pequenas indústrias com menos de cem operários representavam, nos Estados Unidos, 35% do efetivo total de operários industriais, ao passo que, na Rússia, essa percentagem era somente de 17,8%. As indústrias médias e grandes, com um total de cem a mil operários, representavam um peso específico aproximadamente igual; os centros fabris gigantescos que davam emprego a mais de mil operários cada um, e que, nos Estados Unidos, somavam 17,8% do efetivo total da população operária, na Rússia representavam 41,4%. Nas regiões industriais mais importantes, essa percentagem era ainda mais elevada: na zona de Petrogrado, era de 44,4%; na de Moscou, de 57,3%. Chegamos a resultados idênticos, comparando a indústria russa à inglesa ou à alemã. Esse fato, que fomos os primeiros a registrar no ano de 1908, dificilmente se insere na representação vulgar que se tem do atraso econômico da Rússia. E, sem dúvida, não exclui esse atraso, mas o complementa dialeticamente.

Também a fusão do capital industrial com o bancário efetuou-se na Rússia, em proporções que talvez não haja paralelo em nenhum outro país. Mas, a sujeição da indústria aos bancos significou, pelas mesmas razões, sua sujeição ao mercado financeiro da Europa ocidental. A indústria pesada (metal, carvão, petróleo) estava quase totalmente sob controle do capital financeiro internacional, que havia criado um sistema auxiliar e intermediário de bancos na Rússia. A indústria leve seguiu o mesmo

caminho. Os investidores estrangeiros possuíam, em termos gerais, cerca de 40% do capital de ações investido na Rússia, porém, nos ramos principais da economia, essa proporção era ainda maior. Pode-se dizer, sem exagero, que o centro de controle das ações que eram emitidas pelos bancos, empresas e fábricas da Rússia estava em mãos de estrangeiros, devendo-se notar que a participação dos capitais da Inglaterra, da França e da Bélgica representava quase o dobro que a da Alemanha. (p. 26-27).

[...]

Que os soviets, podemos lembrar aqui, não são uma mera criação do atraso histórico da Rússia, mas fruto da lei do desenvolvimento social combinado, é demonstrado pelo fato de o proletariado do país mais industrial do mundo, a Alemanha, não ter encontrado na época de sua maré revolucionária – 1918-1919 – melhor forma de organização que os soviets.

A revolução de 1917 perseguia como fim imediato a derrubada da monarquia burocrática, mas, diferentemente das velhas revoluções burguesas, a força decisiva agora era uma nova classe, formada nos grandes centros industriais, e equipada com uma nova organização e novos métodos de luta. A lei do desenvolvimento social combinado emerge aqui em sua última expressão: a revolução começa derrubando toda a podridão medieval e, no curso de poucos meses, leva ao poder o proletariado e o partido comunista. (p. 30).

A revolução de 1905, TROTSKY, 1908-1909 [Texto revisado em 1922]

Uma população de cento e cinquenta milhões de habitantes, 5,4 milhões de quilômetros quadrados de terras na Europa e 17,5 milhões na Ásia: neste vasto espaço, se encontram todas as épocas da cultura humana, desde o primitivo barbarismo dos bosques do norte, onde o povo come peixe cru e adoram blocos de madeira, até as relações sociais modernas da cidade capitalista, onde os operários socialistas se reconhecem conscientemente

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

como participantes da política mundial, e mantêm os olhos abertos aos acontecimentos nos Bálcãs e aos debates no Reichstag alemão. A indústria mais concentrada de toda a Europa, baseada na agricultura mais atrasada da Europa. O aparato estatal mais colossal do mundo, que usa todas as conquistas do progresso tecnológico moderno para retardar o progresso histórico de seu próprio país. (p. 50).

[...]

Da mesma maneira que a indústria russa jamais viveu a época do artesanato medieval, as cidades russas nunca conheceram o crescimento gradual do terceiro estado em oficinas, guildas, comunas e municípios. O capital europeu criou a indústria russa em poucas décadas, e a indústria russa, por sua vez, criou as cidades modernas, nas quais as principais funções produtivas são desempenhadas pelo proletariado. (p. 52).

[...]

Enquanto o campesinato está espalhado por todo o país, o proletariado concentra-se em grandes massas nos centros fabris e industriais. Forma o núcleo da população de todas as cidades que têm alguma importância econômica ou política, e todas as vantagens da cidade em um país capitalista – concentração das forças produtivas, dos meios de produção, dos elementos mais ativos da população e dos grandes benefícios culturais – transformam-se naturalmente em vantagens de classe para o proletariado. Sua autodeterminação como classe se desenvolveu com uma rapidez incomparável na história. Recém-saído do berço, o proletariado russo se viu confrontado com o poder mais concentrado do capital. Os preconceitos artesanais e as tradições da guilda não tiveram nenhum poder sobre sua consciência.

Desde seus primeiros passos, ele penetrou no caminho da luta de classes inconciliável. (p. 54-55).

[...]

No que concerne às suas tarefas diretas e indiretas, a revolução russa é uma revolução “burguesa”, porque

se propõe a libertar a sociedade burguesa das correntes e grilhões do absolutismo e da propriedade feudal. Mas, a principal força motriz por trás da revolução russa é a classe operária e, por isso, é uma revolução proletária, no que diz respeito ao seu método. Muitos pedantes, que insistem em determinar por meio de cálculos aritméticos ou estatísticos, e estabelecer analogias históricas formais, mostraram-se incapazes de digerir essa contradição. Eles veem a burguesia como a líder da revolução russa, enviada pela providência. Tenta envolver o proletariado – que de fato marchou à frente dos acontecimentos revolucionários – nas fraldas de sua própria imaturidade teórica. Para esses pedantes, a história de uma nação capitalista repete a história de outra, com algumas divergências mais ou menos importantes. Hoje, eles são incapazes de ver o processo unificado de desenvolvimento do mundo capitalista, que engole todos os países que encontra em seu caminho, e cria, a partir das exigências nacionais e gerais do capitalismo, um amálgama cuja natureza não pode ser compreendida pela aplicação de clichês, mas apenas por meio da análise materialista.

Não pode haver analogia de desenvolvimento histórico entre a Inglaterra, pioneira do capitalismo, que vem criando novas formas sociais há séculos, e que também criou uma poderosa burguesia como expressão dessas novas formas e, por outro lado, as colônias da atualidade, às quais o capital europeu envia trilhos, vagões-leitos, porcas e parafusos, fabricados em seus encouraçados, para uso da administração colonial, e posteriormente, com rifles e baionetas, conduz os nativos, diretamente de seu ambiente primitivo, à civilização capitalista: não pode haver uma analogia de desenvolvimento histórico, certamente, porém, existe uma profunda conexão interna entre ambos.

A nova Rússia adquiriu seu caráter absolutamente específico, porque recebeu, na última metade do século XIX, seu batismo capitalista do capital europeu, que já

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

havia alcançado, então, sua forma mais concentrada e abstrata, a do capital financeiro. A história anterior do capital europeu não está, de forma alguma, conectada com a história pretérita da Rússia. Com o objetivo de obter no seu solo nativo a dimensão da moderna Bolsa de Valores, o capital europeu teve primeiro de escapar das ruas e caminhos estreitos da população artesanal, onde havia aprendido a engatinhar e a caminhar. Viu-se obrigado, em uma luta incessante com a Igreja, a desenvolver ciência e tecnologia, a reunir toda a nação ao seu redor, a obter poder, por meio de levantes contra os privilégios feudais e dinásticos, a preparar um terreno próprio, a matar as pequenas indústrias independentes das quais emergiu, depois de ter rompido o cordão umbilical que o ligava ao corpo nacional, e sacudido de seus pés a poeira de seus antepassados, tendo-se libertado de preconceitos políticos, simpatias raciais, longitudes e latitudes geográficas com o propósito de finalmente subir ao topo do globo, em toda a sua glória voraz, e hoje envenenando com ópio o artesão chinês que ele arruinou, e amanhã enriquecendo os mares russos com novos navios de guerra, e arrebatando, depois de amanhã, os depósitos de diamantes da África do Sul.

Porém, quando o capital inglês ou francês, um coágulo histórico de muitos séculos, aparece nas estepes da bacia do Don, não pode desencadear as mesmas forças sociais, relações e paixões que um dia participaram de sua própria formação. Não repete o desenvolvimento que já completou, mas sim começa do ponto que alcançou em seu próprio território. Em torno das máquinas que transportou por mares e aduanas, concentra imediatamente, sem qualquer estágio intermediário, as massas de um novo proletariado e, nesta classe, instila a energia revolucionária de todas as gerações passadas da burguesia, energia que na Europa de hoje se estagnou. (p. 59-60).

Sobre as características específicas do desenvolvimento histórico da Rússia, TROTSKY, 1922, Anexo de A revolução de 1905)

Do ponto de vista daquele marxismo espúrio que se nutre de clichês históricos e analogias formais e transforma as épocas históricas em uma sucessão lógica de categorias sociais inflexíveis (feudalismo, capitalismo, socialismo, autocracia, república burguesa, ditadura do proletariado), a consigna da tomada do poder pela classe operária russa estava destinada a aparecer como uma recusa monstruosa do marxismo. No entanto, nenhuma avaliação empírica séria das forças sociais, tal como se manifestavam nos anos de 1903 e 1905, demonstrou que a luta da classe operária russa pelo poder era muito ativa. Este é um traço específico da situação russa ou não? Pressupõe ou não diferenças profundas entre a totalidade do desenvolvimento da Rússia e a de outros países europeus? Como sucedeu que fosse o proletariado russo, quer dizer, o proletariado do país mais atrasado (com a permissão do camarada Pokrovski) da Europa, o que se deparou com semelhante tarefa? Em que consiste o atraso da Rússia? Simplesmente no fato de que a Rússia repetir tardiamente a história dos países da Europa Ocidental? Mas, se assim fosse, estamos autorizados a falar da tomada do poder pelo proletariado russo? No entanto (atrevemo-nos a lembrar aos nossos críticos), foi precisamente isso que fez o proletariado russo. Qual é, então, a essência real do problema? O desenvolvimento incontestável e incontroversamente atrasado da Rússia, sob a influência e pressão da cultura superior do Ocidente, não conduziu a uma simples repetição do processo histórico da Europa ocidental, mas a um conjunto de características fundamentalmente novas, que requerem um estudo independente. (p. 238-239).

[...]

O capitalismo russo não evoluiu do comércio artesanal, através da oficina de manufatura para a fábrica, porque o capital europeu, primeiro na forma de capital comercial, e depois na forma de capital financeiro e industrial,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

inundou o país, em um momento em que a maior parte do comércio artesanal russo ainda não havia se separado da agricultura. Daí o surgimento da indústria capitalista moderna na Rússia, em um ambiente econômico totalmente primitivo: por exemplo, uma enorme planta industrial belga ou americana, cercada por estradas sujas e vilas feitas de palha e madeira, que se incendiam anualmente, etc. Os começos mais primitivos e as conclusões europeias mais modernas. Daí o enorme papel do capital europeu ocidental na economia russa. Daí a debilidade política da burguesia russa. Daí a facilidade com que fomos capazes de derrotar a burguesia russa. Daí as dificuldades que se seguiram quando a burguesia europeia interveio na questão, e quando os antigos proprietários de fábricas e plantas tentaram falar-nos, através de Lloyd George e Barthou, em Gênova e em Haia.

E nosso proletariado? Passou pela escola das irmandades medievais de aprendizagem? Conta com as tradições seculares das confrarias? Nada disso. Foi arrancado do arado, e jogado diretamente frente à fornalha da fábrica. Lembro-me de um velho amigo, Korotkov, marceneiro de Nikolaev, que escreveu uma canção em 1897. A canção se chamava *A Marcha do Proletariado*: “Somos o alfa e o ômega, somos o começo e o fim ...”, e essa é a verdade pura e simples. A primeira e a última letras estão lá, mas o resto do abecedário está faltando. Daí a ausência de tradições conservadoras, a ausência de castas dentro do proletariado, daí seu frescor revolucionário, daí – mesmo que por outras razões – a Revolução de Outubro e o primeiro governo operário em todo o mundo. Mas também daí a ignorância, o não saber como se organizar, a falta de sistema e de educação cultural e técnica. Todas essas são deficiências que sentimos a cada passo de nossos esforços econômicos e culturais por construir. (p. 244).

***O proletariado e a Revolução Russa, TROTSKY, 1908,
(anexo de A revolução de 1905)***

Quando o capital europeu chegou à Rússia do artesanato doméstico, não lhe deu tempo para se separar do camponês, ou para se tornar um artesão urbano, mas o colocou diretamente na escravidão da fábrica. Ao mesmo tempo, transformou as antigas e arcaicas cidades da Rússia – incluindo Moscou, “a grande aldeia” – em centros de indústria moderna. O proletariado, sem passado tradicional, sem tradições ou preconceitos artesanais, encontrou-se, desde o início, concentrado em vastas massas. Em todos os principais ramos da indústria, o grande capital arrebatoou, sem nenhum esforço, o solo que o pequeno e médio capital pisavam. São Petersburgo e Moscou não podem ser comparadas com a Berlim ou a Viena de 1848, e menos ainda com a Paris de 1789, que nem sequer haviam sonhado com as ferrovias ou o telégrafo, e consideravam uma oficina que empregava trezentos trabalhadores como a maior empresa concebível. Porém, é muito notável que a indústria russa, em termos de seu grau de concentração, não só possa ser comparada com outros estados europeus, mas os deixe muito para trás. (p. 211-212).

***O partido do proletariado e os partidos burgueses na revolução,
TROTSKY, 1907, (anexo de A revolução de 1905)***

Nossa grande indústria não surgiu naturalmente do comércio artesanal. A história econômica de nossas cidades jamais passou por um período artesanal. Na Rússia, a indústria capitalista nasceu por pressão direta e imediata do capitalismo europeu. Ele se apossou do que era, em essência, um terreno virgem e primitivo, sem encontrar nenhuma resistência na cultura artesanal. O capital estrangeiro fluiu para a Rússia, por meio do canal dos empréstimos estatais e dos canos da empresa privada. Ele reuniu ao seu redor um exército do proletariado industrial, sem permitir que o comércio artesanal

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

evoluísse, ou sequer nascesse. Como resultado desse processo, a principal força em nossas cidades, na época da revolução burguesa, consistia em um proletariado industrial de tipo social altamente desenvolvido. Este, um fato que não pode ser refutado, e que deve ser situado nos fundamentos mesmos de nossas conclusões a respeito da tática da revolução. (p. 203).

Artigo de 1905, Balanço e Perspectivas - Trechos anexos a História da Revolução Russa - Tomo II, TROTSKY.

O proletariado irá crescer e se fortalecer junto com o crescimento do capitalismo. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo é o desenvolvimento do proletariado rumo à ditadura. Mas, o dia e a hora em que o poder passará às mãos da classe operária depende diretamente, não do nível obtido pelas forças produtivas, mas das relações na luta de classes, da situação internacional e, finalmente, de uma série de fatores de tradições subjetivas, iniciativas, preparação para a luta.

Num país economicamente mais atrasado, o proletariado pode chegar ao poder mais cedo do que num país capitalista avançado. A ideia de algum tipo de dependência automática da ditadura proletária das forças técnicas e dos recursos de um país é um preconceito, derivado de um materialismo “econômico” extremamente supersimplificado. Tal opinião não tem nada em comum com o marxismo. A Revolução Russa, segundo nossa opinião, criará condições nas quais o poder pode (e, com a vitória da revolução, deve) passar para o proletariado, antes que os políticos do liberalismo burguês tenham uma chance de desenvolver plenamente seu gênio de estadistas.

O marxismo é, acima de tudo, um método de análise – não análise de textos, mas das relações sociais. Em relação à Rússia, a fraqueza do liberalismo capitalista significa necessariamente a fraqueza do movimento operário? O número do proletariado industrial, sua concentração, sua cultura, seu peso político, sem dúvida dependem do grau do desenvolvimento da indústria

capitalista. Mas, essa dependência não é direta. Entre as forças produtivas do país e a força política de suas classes em cada momento dado, vários fatores sociopolíticos de caráter nacional e internacional intervêm, deslocam e até mudam completamente a forma da expressão política das relações econômicas. Embora as forças produtivas nos Estados Unidos sejam dez vezes maiores que as nossas, o papel político do proletariado russo, sua influência sobre a política do país, e a possibilidade de sua futura influência sobre a política mundial são incomparavelmente maiores que o papel e o significado do proletariado estadunidense. (p. 1247-1248).

Artigo de 1905, Balanço e Perspectivas, TROTSKY

Já explicamos como, na Rússia, o capitalismo não se desenvolveu a partir do artesanato. Quando o capitalismo conquistou a Rússia, trazia consigo, como auxiliar, a civilização econômica europeia. Seu competidor era o artesão desamparado ou o industrial urbano arruinado. E, em troca, possuía a seu favor, como força de trabalho reserva, o campesinato semiempobrecido. O absolutismo, por seu lado, favoreceu, sob diversos aspectos, o jugo capitalista sobre o país.

Primeiro, converteu o camponês russo em tributário da bolsa mundial de valores. A falta de capital dentro do país e a necessidade constante do governo de dinheiro prepararam o terreno para as condições usurárias dos empréstimos estrangeiros. Desde o reinado de Catarina II, até o ministério Witte-Durnovo, os banqueiros de Amsterdã, Londres, Paris e Berlim lutaram para transformar a autocracia em um gigantesco objeto de especulação na bolsa. Uma parte considerável dos chamados empréstimos internos, realizados por intermédio de instituições nacionais de crédito, não se diferenciava em nada dos empréstimos estrangeiros, já que eram, de fato, fornecidos por capitalistas estrangeiros. O absolutismo, enquanto proletarizava

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

e pauperizava o campesinato mediante altos impostos, convertia os milhões da bolsa europeia em soldados e em encouraçados, em cárceres e em ferrovias. A maior parte desses gastos era absolutamente improdutivo, do ponto de vista econômico. Uma parte intensa do produto nacional foi dada ao estrangeiro, na forma de juros, enriquecendo e fortalecendo a aristocracia financeira da Europa. A burguesia financeira europeia, cuja influência política cresceu continuamente durante as últimas décadas nos países com governos parlamentares, fazendo retroceder a influência dos capitalistas industriais e comerciais, converteu realmente o governo czarista em seu vassalo. Mas, ela não podia nem queria chegar a ser parte da oposição burguesa no interior da Rússia, e de fato não foi. No que se refere às suas simpatias e antipatias, guiava-se pelo princípio, formulado em 1789 pelos banqueiros Hoppe e Cia., relativo às condições do empréstimo ao czar Paulo: “Os juros devem ser pagos *independentemente das circunstâncias políticas*”. A bolsa europeia estava inclusive diretamente interessada na manutenção do absolutismo: nenhum outro governo poderia garantir-lhe tais juros usurários. Porém, os empréstimos estatais não eram o único caminho mediante o qual se importavam capitais europeus para a Rússia. O mesmo dinheiro que devorou uma grande parte do orçamento nacional russo voltou à Rússia, como capital comercial e industrial, atraído por suas riquezas naturais intactas e, sobretudo, por seu mercado de trabalho não organizado e desacostumado à resistência. O período mais recente de nosso crescimento industrial, de 1893 a 1899, foi, ao mesmo tempo, um período de imigração acentuada do capital europeu. Esse capital, permanecendo, como antes, em sua maior parte em mãos europeias, e dominando a cena política nos parlamentos da França ou da Bélgica, mobilizou, sobre a terra russa, a classe operária.

O capital europeu lançou seus principais ramos da produção e meios de comunicação sobre esse país

economicamente atrasado, e o escravizou, saltando uma série de fases técnicas e econômicas intermediárias que teve de passar em seus países de origem. Mas, quanto menos obstáculos encontrava no caminho até seu predomínio *econômico*, tanto menos importante se provou ser seu papel *político*.

A burguesia europeia se desenvolveu a partir do Terceiro Estado da Idade Média, levantando a bandeira de protesto contra a pilhagem e a violência do Primeiro e Segundo Estados. Levantou-a em nome dos interesses do povo, o qual ela mesma desejava explorar. Durante a transformação da monarquia de classes medieval em absolutismo burocrático, a burguesia se apoiou na população urbana em sua luta contra as pretensões do clero e da aristocracia. A burguesia se aproveitou disso para sua própria promoção política. Assim se desenvolveram, simultaneamente, o absolutismo burocrático e a classe capitalista. Quando esses elementos entraram em choque, em 1789, a burguesia mostrou ter o respaldo de toda a nação.

O absolutismo russo se desenvolveu sob a pressão direta dos Estados ocidentais. Apoderou-se dos métodos de administração e dominação, muito antes que a burguesia capitalista conseguisse desenvolver-se dentro da economia nacional. O absolutismo russo dispunha já de um imenso exército permanente, de um aparato burocrático e fiscal centralizado, e entrou em um endividamento irreversível com os banqueiros europeus, numa época em que as cidades russas jogavam ainda um papel econômico completamente subordinado.

O capital infiltrou-se a partir do Ocidente, beneficiando-se da ajuda direta do absolutismo russo, e converteu, em pouco tempo, uma série de velhas cidades arcaicas em centros industriais e comerciais, tendo inclusive criado tais cidades comerciais e industriais em lugares antes desabitados por completo. Esse capital apareceu frequentemente na forma de grandes e impessoais sociedades anônimas. Na década da prosperidade industrial, de 1893 a 1902, o capital

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

nominal das sociedades anônimas aumentou em 2 bilhões de rublos, enquanto, de 1854 a 1892, havia aumentado apenas em 900 milhões de rublos. O proletariado se viu repentinamente concentrado em grandes aglomerações, tendo, entre ele e o absolutismo, apenas uma burguesia capitalista numericamente débil, isolada do “povo”, meio estrangeira de origem, sem tradições históricas, e movida unicamente pela cobiça. (p. 55-58).

2. A lei do desenvolvimento desigual e o problema agrário na Revolução Russa

História da Revolução Russa, TROTSKY, 1930 – Tomo I

Em 1861, a burocracia nobre, apoiando-se nos latifundiários liberais, implantou a reforma camponesa. O impotente liberalismo burguês, reduzido ao papel de comparsa, não teve outro remédio, senão contemplar a mudança passivamente. Inútil dizer que o czarismo resolveu o problema fundamental da Rússia, isto é, a questão agrária, de um modo ainda mais mesquinho e fraudulento do que a monarquia prussiana, nos dez anos seguintes, a fim de resolver o problema capital da Alemanha: a unidade nacional.

A solução dos problemas que cabem a uma classe por obra de outra é uma das combinações a que aludíamos, próprias dos países atrasados. (p. 25).

[...]

O proletariado russo não encontrou sua audácia revolucionária apenas em si. Sua própria situação de minoria dentro do país indica que não poderia dar, à sua luta, uma amplitude suficiente – certamente não para se colocar à frente do Estado – se não tivesse encontrado um apoio poderoso nas amplas massas populares. Tal apoio foi garantido pelo problema agrário. (p. 62).

[...]

Pela primeira vez na história, o camponês estava

destinado a achar um líder na figura do operário. É nisso que está a fundamental e, podemos dizer, toda a diferença entre a Revolução Russa e todas as que a precederam.

Na Inglaterra, a servidão da gleba desapareceu, de fato, no final do século XIV, isto é, dois séculos antes que surgisse na Rússia e quatro séculos e meio antes de sua abolição ali. A expropriação das terras dos camponeses na Inglaterra chega com a Reforma e duas revoluções, até o século XIX. O desenvolvimento capitalista, que não foi forçado de fora, dispôs, portanto, de tempo suficiente para acabar com a classe camponesa independente, muito antes que o proletariado nascesse para a vida política.

Na França, a luta contra o absolutismo real, a aristocracia, e os príncipes da Igreja, obrigou a burguesia de diferentes camadas, e em várias etapas, a fazer, no final do século XVIII, uma revolução agrária radical. A classe camponesa independente saída dessa revolução foi, durante muito tempo, o sustentáculo da ordem burguesa e, em 1871, ajudou a burguesia a esmagar a Comuna de Paris.

Na Alemanha, a burguesia se mostrou incapaz de uma solução revolucionária da questão agrária e, em 1848, traiu os camponeses a favor dos latifundiários, como Lutero três séculos antes, nas guerras camponesas, os traiu para os príncipes. Por outro lado, o proletariado alemão era ainda muito fraco em meados do século XIX, para liderar o campesinato. Graças a isso, o desenvolvimento capitalista dispôs na Alemanha, se não de tanto tempo como na Inglaterra, do prazo necessário para subordinar a agricultura, tal como havia saído da revolução burguesa incompleta, a seus próprios interesses.

A reforma camponesa realizada na Rússia, em 1861, foi obra de uma monarquia burocrática e aristocrática, sob pressão das demandas de uma sociedade burguesa, mas com a burguesia totalmente impotente politicamente. A emancipação camponesa teve um caráter tal, que a forma da transformação capitalista do país converteu

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

inevitavelmente o problema agrário num problema da revolução. Os burgueses russos sonhavam com um desenvolvimento agrário do tipo francês, dinamarquês, estadunidense – qualquer um, desde que não fosse russo. Eles negligenciaram, contudo, a história francesa ou a estrutura social estadunidense. A intelectualidade democrática, apesar de seu passado revolucionário, na hora decisiva, tomou posição a favor do burguês liberal e do latifundiário, e não da aldeia revolucionária. Nessas circunstâncias, apenas a classe operária podia colocar-se à frente da revolução camponesa.

A lei do desenvolvimento combinado dos países atrasados – no sentido de uma peculiar mistura de elementos retrógrados com os fatores mais modernos – surge aqui ante nós, em sua forma mais acabada, e oferece uma chave para o enigma mais importante da Revolução Russa. Se a questão agrária, uma herança do barbarismo da velha história russa, tivesse sido resolvida pela burguesia, o proletariado russo não poderia ter tomado o poder, em 1917.

Para que nascesse o Estado soviético, foi necessário que coincidissem e se coordenassem reciprocamente dois fatores de natureza histórica completamente distinta: a guerra camponesa, movimento característico do alvorecer do desenvolvimento burguês, e uma insurreição proletária, o movimento que assinala o ocaso da sociedade burguesa. Essa é a essência de 1917. (p. 66-68)

3. Resposta à crítica da concepção do desenvolvimento histórico da Rússia e da palavra de ordem de conquista do poder pelo proletariado

História da Revolução Russa, TROTSKY, 1930 – Tomo I

Em 1922, Pokrovsky se lançou sobre a concepção histórica do autor deste livro, que está na base da teoria da revolução permanente. Consideramos útil, pelo menos para os leitores interessados, não apenas no curso dramático dos

eventos, mas também na doutrina revolucionária, citar aqui os trechos mais essenciais de nossa resposta ao professor Pokrovsky, publicada em dois números do órgão central do partido bolchevique, Pravda, de 1º e 2 de julho de 1922:

Pokrovsky publicou um artigo dedicado a meu livro “1905”, que demonstra – aliás, pela negativa – como é complexo aplicar os métodos do materialismo histórico à História humana viva, e a que banalidades tantas vezes é reduzida a História, até por pessoas tão profundamente eruditas, como Pokrovsky. O livro que Pokrovsky critica foi escrito a partir do desejo de estabelecer historicamente, e justificar teoricamente, a palavra de ordem de conquista do poder pelo proletariado, contra a palavra de ordem de uma república burguesa democrática, e também de um governo democrático do proletariado e do campesinato. Essa linha de pensamento produziu uma indignação teórica muito grande por parte de um número não pequeno de marxistas, ou melhor, da sua esmagadora maioria. Os que expressaram essa indignação foram não apenas os mencheviques, mas também Kamenev e Rojkov (historiador bolchevique). Seu ponto de vista, em linhas gerais, é o seguinte: o domínio político da burguesia deve preceder o domínio político do proletariado; a república democrático-burguesa deve ser uma prolongada escola histórica para o proletariado; a tentativa de pular essa etapa é aventureirismo; se a classe operária no Ocidente ainda não conquistou o poder, como o proletariado russo pode se colocar essa tarefa?, etc. Do ponto de vista desse pseudomarxismo – que se limita a mecanicismos históricos e analogias formais, convertendo épocas históricas numa sucessão lógica de categorias sociais inflexíveis (feudalismo, capitalismo, socialismo, autocracia, república burguesa, ditadura do proletariado) – a palavra de ordem de conquista do poder pela classe operária na Rússia deve parecer um monstruoso desvio do marxismo. Contudo, uma avaliação empírica séria, de como estavam as forças sociais em 1903-1905, sugeria poderosamente a inteira viabilidade

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

de uma luta pela conquista do poder pela classe operária. Isso é uma peculiaridade, ou não? Isso supõe profundas peculiaridades em todo o desenvolvimento histórico, ou não? Como tal tarefa surgiu ante o proletariado da Rússia – isto é, o país mais atrasado (com a permissão de Pokrovsky) da Europa?

Em que consistia o atraso da Rússia? Apenas no fato de que a Rússia está repetindo tardiamente a história dos países europeus ocidentais? Mas, nesse caso, seria possível falar da conquista do poder pelo proletariado russo? Mas, essa conquista (permitam-me lembrar) foi feita, de fato. Onde está a essência de tudo isso? Que o atraso indubitável e irrefutável do desenvolvimento da Rússia, sob a influência e pressão da cultura superior do Ocidente, resulta, não numa simples repetição do processo histórico da Europa ocidental, mas na criação de profundas particularidades, que exigem um estudo independente.

Essa profunda originalidade em nossa situação política, que levou à vitoriosa Revolução de Outubro antes do início da revolução na Europa, tinha suas raízes na peculiar correlação de forças entre as diferentes classes e o poder estatal. Quando Pokrovsky e Rojkov discutiam com os narodniks ou liberais, demonstrando que a organização política do czarismo era determinada pelo desenvolvimento econômico e interesses das classes possuidoras, estavam fundamentalmente certos. Mas, quando Pokrovsky tenta repetir isso contra mim, ele simplesmente atinge o alvo errado. O resultado de nosso desenvolvimento histórico atrasado, nas condições do cerco imperialista, foi que nossa burguesia não teve tempo de expulsar o czarismo antes de o proletariado se tornar uma força revolucionária independente. Mas, para Pokrovsky, a própria questão que constitui para nós o tema central da investigação não existe. (p. 452-453).

[...]

O capitalismo russo não se desenvolveu do artesanato, por meio da manufatura até a fábrica, pois, o capital

européu, primeiro na forma comercial e depois na forma financeira e industrial, caiu sobre nós durante o período em que o artesanato russo não tinha, em conjunto, se dividido da agricultura.

Daí surgiu entre nós a mais moderna indústria capitalista, num ambiente de primitivismo econômico: a fábrica belga ou estadunidense, e ao redor de suas instalações, aldeias de madeira e palha, que se incendiavam todos os anos, etc. Os mais primitivos inícios e as últimas finalizações europeias. Daí o imenso papel do capital da Europa ocidental na indústria russa; daí a fraqueza política da burguesia russa; daí a facilidade com que liquidamos a burguesia russa; daí as nossas dificuldades posteriores quando a burguesia europeia interferiu.

E nosso proletariado? Ele passou pela escola das confrarias de aprendizes medievais? Tinha as antigas tradições das corporações? Nada desse tipo. Foi atirado no caldeirão da fábrica, arrancado diretamente da charrua. Daí a ausência de tradição conservadora, ausência de castas no próprio proletariado, a frescura revolucionária: daí – junto com outras causas – Outubro, o primeiro governo operário no mundo. Mas daí também o analfabetismo, o atraso, a ausência de hábitos organizacionais, a ausência de um sistema de trabalho, de educação cultural e técnica. Todas essas desvantagens em nossa estrutura cultural e econômica são sentidas, a cada passo.

O Estado russo encontrou a organização militar das nações ocidentais num nível político e cultural superior. Assim, o capital russo, em seus primeiros passos, chocou-se contra o capital muito mais desenvolvido e poderoso do Ocidente, e caiu sob sua direção. Assim, a classe operária russa, em seus primeiros passos, encontrou armas prontas, devido à experiência do proletariado europeu ocidental: a teoria marxista, o sindicato, o partido político. Quem quer explicar o caráter e a política da autocracia apenas pelos interesses das classes possuidoras da Rússia se esquece de que, nesse país, além dos exploradores

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

mais atrasados, pobres e ignorantes, havia também os mais ricos e poderosos exploradores da Europa. As classes possuidoras da Rússia tinham confrontos com as classes possuidoras da Europa, hostis ou semi-hostis. Esse encontro foi mediado pela organização estatal. Tal organização foi a autocracia. Toda a estrutura e história da autocracia teria sido diferente, se não houvesse cidades europeias, a pólvora europeia (essa invenção não é nossa), se não houvesse a bolsa de valores europeia.

Na última época de sua existência, a autocracia não era apenas um órgão das classes possuidoras da Rússia, mas também da organização da bolsa europeia para a exploração da Rússia. Esse duplo papel, mais uma vez, lhe deu uma independência considerável. Uma aguda expressão disso é o fato de que a bolsa francesa tenha feito um empréstimo para apoiar a autocracia, em 1905, contra o desejo do partido da burguesia russa.

O czarismo foi esmagado na guerra imperialista. E por quê? Porque estava sob uma fundação produtiva muito baixa (“primitivismo”). Nas questões técnico-militares, o czarismo tentou estar alinhado com os mais perfeitos modelos. Era, de todos os modos, ajudado nisso pelos mais ricos e cultos Aliados. Graças a esse fato, o czarismo tinha à sua disposição as mais modernas armas de guerra, mas não tinha, e não poderia ter, a capacidade de reproduzir essas armas e transportá-las (e também as massas humanas), em ferrovias e canais, com rapidez suficiente. Em outras palavras, o czarismo defendia os interesses das classes dominantes da Rússia na luta internacional, embora descansasse sobre uma base econômica mais primitiva que seus inimigos e aliados.

O czarismo explorou implacavelmente essa base durante a guerra – isto é, devorando uma porcentagem muito maior da riqueza e renda nacionais do que seus poderosos inimigos e aliados, em seus respectivos países. Esse fato encontra sua confirmação, de um lado, no sistema de débitos de guerra e, de outro, na completa ruína da Rússia.

Todas essas circunstâncias, que determinaram imediatamente a Revolução de Outubro, a vitória do proletariado e suas futuras dificuldades, permanecem totalmente inexplicáveis pelos lugares comuns de Pokrovsky. (p. 457-459).

4. Lei do desenvolvimento combinado, internacionalismo e crítica à tese do “socialismo num só país”

A Revolução Traída, TROTSKY, 1937

Caracterizar os êxitos da industrialização apenas por índices quantitativos, sem os qualitativos, é o mesmo que querer definir a anatomia de um homem só pela sua estatura, sem indicar a medida do peito. Uma estimativa mais justa da dinâmica da economia soviética exige, ao mesmo tempo, uma crítica sobre a qualidade e a constatação de que os êxitos rápidos num domínio são de fato acompanhados por atrasos, em outros. A criação de grandes fábricas de automóveis paga-se com a insuficiência e o abandono da rede rodoviária. “O abandono das nossas estradas é extraordinário”, constata o *Izvestia*, “não é possível fazer mais de 10 km/h numa estrada tão importante como Moscou-Yaroslav. O presidente da Comissão Estatal de Planejamento afirma que o país conserva as tradições dos ‘séculos sem estradas’”.

A economia municipal encontra-se em estado análogo. Criam-se, em pouco tempo, novas cidades industriais, enquanto dezenas de antigas caem no mais completo abandono. As capitais e as cidades industriais crescem e embelezam-se, constroem-se aqui e ali teatros e clubes caros, mas a crise da habitação é intolerável, as habitações são, por hábito, absolutamente desprezadas. “Construímos mal e caro, o conjunto das habitações desgasta-se e não se reforma, fazemos poucas reparações e as fazemos mal” (*Izvestia*).

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Essas desproporções são comuns a toda a economia. Elas são, em certa medida, inevitáveis, pois, era necessário, e ainda é, começar pelos setores mais importantes. Não é menos verdade que o estágio atrasado de certos setores diminui em muito a eficácia do trabalho em alguns outros. Se imaginarmos uma direção planejada ideal, que não assegure o mais rápido desenvolvimento de certos ramos, mas os melhores resultados para seu conjunto, o coeficiente estatístico de crescimento será menor no primeiro período, mas a economia no seu conjunto e o consumidor ganharão com isso. Como consequência, a dinâmica geral da economia também ganhará. (p. 49-50)

A Revolução Traída – Apêndice “Socialismo em um só país”, TROTSKY, 1937.

Ao justificar essa ruptura com a tradição marxista do internacionalismo, Stalin foi imprudente o suficiente em observar que Marx e Engels não conheciam a lei do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, supostamente descoberta por Lênin. Em um catálogo de curiosidades intelectuais, tal observação teria lugar de destaque. O desenvolvimento desigual permeia toda a história da humanidade, e especialmente a história do capitalismo. Um jovem historiador e economista russo, Solnzev, um homem dotado de qualidades morais excepcionais, torturado até a morte nas prisões da burocracia soviética, por pertencer à Oposição de Esquerda, apresentou, em 1926, um maravilhoso estudo teórico da lei do desenvolvimento desigual em Marx. Não pôde, é claro, ser publicado na União Soviética.

Também banido, ainda que por razões opostas, está o trabalho do socialdemocrata alemão Volhnar, há muito tempo morto e esquecido, que, já em 1878, desenvolveu a perspectiva de um “Estado socialista isolado” – não para a Rússia, mas para a Alemanha–, contendo referências a essa “lei” do desenvolvimento desigual que supostamente era desconhecida antes de Lênin... (p. 256-257).

[...]

Tendo conquistado sua independência diante do proletariado de seu próprio país, a burocracia não pode reconhecer a dependência da União Soviética perante o proletariado mundial. A lei do desenvolvimento desigual teve este resultado: a contradição entre a técnica e as relações de propriedade capitalista seria superada no elo mais frágil da corrente mundial. O capitalismo atrasado da Rússia era o primeiro a pagar pela bancarrota do capitalismo mundial. A lei do desenvolvimento desigual é complementada no curso da História pela lei do desenvolvimento combinado. O colapso da burguesia na Rússia levou à ditadura do proletariado – isto é, um país atrasado saltando à frente dos países avançados. No entanto, o estabelecimento de formas de propriedade socialistas em um país atrasado foi sobre um nível inadequado da técnica e da cultura. Nascida das contradições entre as forças produtivas mundiais e as formas de propriedade capitalistas, a Revolução de Outubro produziu, por sua vez, a contradição entre as baixas forças produtivas nacionais e as formas socialistas de propriedade. (p. 262).

História da Revolução Russa, TROTSKY, 1930 – Tomo II.

“O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido apenas a imagem de seu próprio futuro.” Essa declaração de Marx, que toma como ponto de partida metodológico, não o mundo econômico como um todo, mas o país capitalista isolado como padrão, tornou-se menos aplicável, à medida que a evolução capitalista abraçou todos os países sem considerar seu destino e nível industrial anterior. A Inglaterra, em seus dias, revelou o futuro da França, consideravelmente menos o da Alemanha, mas de modo algum o da Rússia ou o da Índia. Os mencheviques russos, contudo, tomaram essa declaração condicional de Marx incondicionalmente. A Rússia atrasada, disseram, não deveria seguir adiante, mas humildemente seguir os modelos prontos. Com este

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

tipo de “marxismo”, os liberais também concordavam.

Em outra fórmula, não menos popular – “Nenhuma formação social desaparece antes que todas as forças produtivas tenham se desenvolvido para que tal fato ocorra” – , Marx toma como ponto de partida, pelo contrário, não um país considerado isoladamente, mas uma sequência de estruturas universais e sociais (escravidão, medievalismo, capitalismo). Os mencheviques, contudo, tomando essa declaração do ponto de vista de um único Estado, tiraram a conclusão de que o capitalismo russo ainda tem uma longa jornada pela frente, antes de alcançar o nível europeu ou estadunidense. Mas, as forças produtivas não se desenvolvem no vácuo! Não se pode falar das possibilidades de um capitalismo nacional e ignorar, de um lado, a luta de classes que se desenvolve fora da nação, ou, por outro, sua dependência das condições mundiais. A derrubada da burguesia pelo proletariado se desenvolveu fora do quadro do atual capitalismo russo, portanto, reduzindo a nada suas possibilidades econômicas abstratas. A estrutura da indústria, e também o caráter da luta de classes na Rússia, foram determinados, definitivamente, pelas condições internacionais. O capitalismo alcançou um ponto na arena mundial em que parou de justificar seus custos de produção – entendendo isso, não no sentido comercial, mas no sociológico. Tarifas, militarismo, crises, guerras, conferências diplomáticas e outros flagelos consomem e desperdiçam tanta energia criativa que, apesar de todas as conquistas da técnica, não sobra espaço para um crescimento mais amplo das riquezas e da cultura.

O fato superficialmente paradoxal de que a primeira vítima a sofrer dos pecados do sistema mundial seria a burguesia de um país atrasado está, na verdade, muito de acordo com as leis das coisas. Marx já tinha indicado esta explicação para sua época: “Explosões violentas ocorrem antes nas extremidades do organismo burguês do que em seu coração, porque, nesse último, o controle é mais possível.” Sob o fardo monstruoso do imperialismo,

o Estado que necessariamente deveria cair primeiro era aquele que ainda não acumulara um grande capital nacional, mas ao qual a competição mundial não oferecia nenhum privilégio especial. O colapso do capitalismo russo foi uma avalanche local numa formação social universal. “Uma correta apreciação de nossa revolução”, disse Lênin, “só é possível de um ponto de vista internacional.”

Atribuímos a Revolução de Outubro, em última análise, não ao fato do atraso da Rússia, mas a lei do desenvolvimento combinado. A dialética histórica não reconhece, nem o atraso simples, nem o progresso quimicamente puro. Trata-se de uma questão das relações concretas. A história atual da humanidade está cheia de “paradoxos”, não tão colossais como a ascensão de uma ditadura proletária em um país atrasado, mas de um tipo histórico similar. O fato de os estudantes e operários da China atrasada assimilarem tão avidamente a doutrina do materialismo, enquanto os líderes trabalhistas da Inglaterra civilizada acreditam na potência mágica dos encantamentos eclesiásticos, prova, além de qualquer dúvida, que, em certas esferas, a China ultrapassou a Inglaterra. Mas, o desprezo dos operários chineses à ingenuidade medieval simplória de MacDonald não permite a dedução de que, em seu desenvolvimento geral, a China é superior à Grã-Bretanha. A superioridade econômica e cultural dessa pode ser expressa em figuras exatas. A expressão desses dados, contudo, não exclui a possibilidade de que os operários da China possam ganhar o poder antes dos operários da Grã-Bretanha. Uma ditadura do proletariado chinês, por sua vez, estará longe de acarretar a construção do socialismo dentro dos limites da Grande Muralha chinesa. Um rumo único escolástico pedante ou um critério nacional muito estreito não são adequados à nossa época. O desenvolvimento mundial forçou a Rússia a sair de seu atraso e de seu asiatismo. Fora da rede desse desenvolvimento, seu destino posterior não pode ser entendido. (p. 1197-1199).

[...]

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Qual parte de suas antigas opiniões Lênin revisou, em suas Teses de Abril? Nem por um momento, ele renunciou à doutrina do caráter internacional da revolução socialista ou à ideia de que a transferência para o caminho socialista poderia ser realizada na Rússia atrasada apenas com a cooperação direta do Ocidente. Mas, Lenin, pela primeira vez, declarou que o proletariado russo, devido ao próprio atraso de suas condições nacionais, poderia chegar ao poder antes do proletariado dos países avançados.

A Revolução de Fevereiro se provou incapaz de resolver os problemas agrário e nacional. O campesinato e os povos oprimidos da Rússia, em sua luta por objetivos democráticos, foram obrigados a apoiar a Revolução de Outubro. Apenas porque a democracia pequeno-burguesa foi incapaz de realizar a tarefa histórica realizada por sua irmã mais velha no Ocidente, o proletariado russo ganhou o acesso ao poder antes do proletariado ocidental. Em 1905, o bolchevismo pretendia passar para a luta pela ditadura do proletariado somente depois da conquista das tarefas democráticas. Em 1917, a ditadura do proletariado surgiu da não conquista das tarefas democráticas.

Mas, o caráter combinado da Revolução Russa não para aqui. A conquista do poder pela classe operária removeu automaticamente a linha divisória entre o “programa mínimo” e o “programa máximo”. Sob a ditadura do proletariado – mas apenas aí! –, o crescimento dos problemas democráticos dentro dos socialistas tornou-se inevitável, embora os trabalhadores da Europa não tivessem ainda mostrado “como é que se faz”.

Essa mudança da ordem revolucionária entre o Ocidente e o Oriente, com toda a sua importância para o destino da Rússia e de todo o mundo, tem, todavia, um significado historicamente limitado. Não importa o quanto a Revolução Russa tenha saltado, sua dependência da revolução mundial não desapareceu, nem mesmo decresceu. A possibilidade de um desenvolvimento das reformas democráticas em bases socialistas foi criada

diretamente por uma combinação de condições domésticas – a principal delas a interrelação do proletariado e do campesinato. Mas, em última instância, os limites de uma transformação socialista são determinados pela condição da economia e da política, na arena mundial. Não importa o quão grande seja o esforço nacional, não é possível dar um salto sobre o planeta. (p. 1203-1204)

[...]

As condições para o surgimento de uma ditadura do proletariado e as condições para a criação de uma sociedade socialista não são idênticas, nem de natureza idêntica, em certos aspectos, são até antagônicas. A circunstância de que o proletariado russo chegou primeiro ao poder de modo algum implica que chegará primeiro ao socialismo. Essa desigualdade contraditória do desenvolvimento que levou à Revolução de Outubro não desapareceu com sua realização. Ela está na própria base do primeiro Estado operário. (p. 1221).

[...]

“Segundo Lenin”, afirma Stalin, “a revolução encontra sua força antes de tudo entre os operários e camponeses da própria Rússia. Trotsky declarou que as forças necessárias podiam ser encontradas apenas na arena da revolução mundial do proletariado”. A esse contraste fabricado, como muitos outros, Lenin tinha sua resposta de antemão: “Nem por um minuto esquecemos, nem esqueceremos”, ele disse, em 14 de maio de 1918, numa sessão do Comitê Executivo Central, “a fraqueza da classe operária russa em comparação com outros destacamentos do proletariado internacional... mas devemos continuar em nossos postos até a chegada de nossos aliados, o proletariado internacional”. No terceiro aniversário da Revolução de Outubro, Lenin confirmou isso: “Sempre fizemos nossas apostas numa revolução internacional, o que era inquestionavelmente correto ... Sempre enfatizamos o fato de que em um só país é impossível realizar um trabalho tal como uma revolução socialista”. Em fevereiro de 1921,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Lênin declarou, num congresso de operários da indústria de agulhas: “Sempre e repetidamente pontuamos aos operários que a principal tarefa subjacente, e a condição básica de nossa vitória, é a propagação da revolução em pelo menos vários dos países mais avançados.” Não. Lênin estava comprometido demais por seu desejo obstinado de encontrar forças na arena mundial: não podem apagar isso!

Assim como Trotsky é posto em oposição a Lênin, o próprio Lenin é colocado em oposição a Marx – e com a mesma base. Se Marx supôs que a revolução proletária começaria na França, mas seria completada apenas na Inglaterra, isso é explicado, segundo Stalin, pelo fato de que Marx ainda não conhecia a lei do desenvolvimento desigual. Na verdade, o prognóstico marxista, contrastando o país da iniciativa revolucionária com o país da realização socialista, foi baseado totalmente sobre a lei do desenvolvimento desigual. De qualquer modo, o próprio Lênin, que não permitia reticências sobre grandes problemas, nunca e em lugar algum registrou seu desacordo com Marx e Engels, sobre o caráter internacional da revolução. Pelo contrário! Se “as coisas aconteceram do contrário ao que Marx e Engels esperavam”, Lenin disse no III Congresso dos Sovietes, foi apenas em relação à sequência histórica dos países. O curso dos eventos permitiu ao proletariado russo “o honroso papel de vanguarda da revolução internacional, e nós vemos agora claramente como o desenvolvimento da revolução irá prosseguir no futuro; os russos começaram – os alemães, os franceses e os ingleses irão consolidá-la, e o socialismo triunfará”.

Somos depois repreendidos por um argumento relativo ao prestígio estatal. Uma negação da teoria do socialismo nacional, segundo Stalin, “leva à inferiorização de nosso país”. Apenas essa fraseologia, intolerável ao ouvido marxista, dá-nos a profundidade da ruptura com a tradição bolchevique. Não era a “inferiorização” que Lênin temia, mas a beatice nacional: “Somos um dos destacamentos

revolucionários da classe operária”, ele explicou, em abril de 1918, em uma sessão do Soviete de Moscou, “chegados antes ao fronte, não porque somos melhores que outros, mas precisamente porque somos um dos mais atrasados países do mundo ... Chegaremos a uma completa vitória apenas junto ao proletariado dos outros países, o proletariado de todo o mundo”.

O apelo à sóbria autoavaliação tornou-se o *leitmotiv* nos discursos de Lênin: “A Revolução Russa”, ele disse, em 4 de junho de 1918, “deveu-se, não a méritos especiais do proletariado russo, mas ao curso ... dos eventos históricos, e esse proletariado foi posto temporariamente na primeira posição, pela vontade da História, e feito, por um tempo, a vanguarda da revolução mundial”. “O primeiro papel ocupado pelo proletariado da Rússia no movimento operário mundial”, disse Lenin nunca conferência de comitês de fábrica, em 23 de julho de 1918, “é explicado, não pelo desenvolvimento industrial do país – é justo o contrário, pelo atraso da Rússia ... O proletariado russo está visivelmente alerta de que a condição necessária e a premissa fundamental de suas vitórias é a ação unida dos operários de todo o mundo, ou de vários países avançados nas relações capitalistas”. A Revolução de Outubro foi despertada não apenas pelo atraso da Rússia, e isso Lenin entendia bem. Mas, ele conscientemente curvou o bastão um pouco demais para melhor endireitá-lo.

Num congresso dos conselhos de economia popular – órgãos especialmente chamados para construir o socialismo –, Lênin disse, em 26 de maio de 1918: “Não fechamos nossos olhos ao fato de que apenas nós, com nossas próprias forças, não poderemos conseguir a revolução socialista num só país, mesmo que ele fosse bem menos atrasado do que a Rússia.” E aqui, antecipando a futura voz da beatice burocrática, ele explicou: “Isso não deve causar uma gota de pessimismo, porque a tarefa que fixamos para nós mesmos é uma tarefa de dificuldade histórica mundial.”

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

No VI Congresso dos Sovietes, em 8 de novembro, ele disse: “A completa vitória da revolução socialista é impensável num só país, mas exige a cooperação mais ativa, pelo menos de vários países avançados, entre os quais a Rússia não pode ser incluída ...” Lênin, não apenas nega à Rússia o direito a um socialismo próprio, mas lhe dá, de forma convincente, um lugar secundário na construção do socialismo por outros países. Que criminosa “inferiorização” de nosso país!

Em março de 1919, num congresso do partido, Lênin arranca, de modo muito vigoroso: “Temos experiência prática em tomar os primeiros passos na destruição do capitalismo em um país com uma relação especial entre proletariado e campesinato. Nada mais. Se nos incharmos como um sapo, e ofegarmos, e bufarmos, será totalmente risível para todo o mundo. Seremos meros fanfarrões.” Alguém se ofendeu com isso? Em 19 de maio de 1921, Lênin exclamou: “Nenhum dos bolcheviques, em qualquer época, negou que a revolução pode vencer, em sua forma final, apenas quando abarcar todos ou, pelo menos, vários dos mais avançados países!” Em novembro de 1920, numa conferência provincial de Moscou do partido, ele de novo lembra à sua audiência que os bolcheviques nunca prometeram ou sonharam “construir todo mundo apenas com as forças da Rússia ... A tal loucura nunca chegamos, mas sempre dissemos que nossa revolução vencerá quando os operários de todos os países a apoiarem-na”.

“Nós não completamos”, ele escreve no início de 1922, “nem mesmo as bases de uma economia socialista. Este trabalho inicial ainda pode ser anulado pelas forças hostis do capitalismo agonizante. Devemos estar bem alertas sobre isso, e reconhecê-lo abertamente. Não há nada mais perigoso do que ilusões e mentes confusas, especialmente em lugares altos. E não há absolutamente nada ‘terrível’, nem nada que ofereça uma causa legítima para o menor desencorajamento, ao reconhecer essa verdade amarga; pois, sempre ensinamos e repetimos este verdadeiro ABC do

marxismo, de que, para a vitória do socialismo, os esforços combinados dos operários de vários países avançados são necessários”.

Pouco mais de dois anos depois, Stalin exigiria uma renúncia do marxismo sobre essa questão básica. E com qual fundamento? O de que Marx continuou ignorante da desigualdade da evolução – isto é, ignorante da lei mais elementar da dialética da natureza, assim como da sociedade. Mas, o que dizer do próprio Lênin que, segundo Stalin, foi o primeiro a “descobrir” essa lei da desigualdade como resultado da experiência do imperialismo e que, não obstante, se apegava insistentemente ao “verdadeiro ABC do marxismo?” Procuraremos, em vão, por qualquer explicação a isso. (p. 1226-1227).

[...]

“Seria um erro irreparável”, escreveu Lenin, em maio de 1918, “declarar que, uma vez reconhecida a falta de correspondência entre nossas forças econômicas e políticas, ‘segue-se’, então, que não devemos tomar o poder ... Apenas pessoas fechadas numa torre de marfim raciocinam assim, esquecendo de que nunca haverá uma correspondência, que não pode haver, seja na evolução da natureza, seja na evolução da sociedade. Esquecem que, apenas por meio de uma série de tentativas – cada uma das quais tomadas em separado, serão postas lado a lado, e sofrerão certa falta de correspondência – poderá o socialismo completo ser criado, com a cooperação revolucionária dos proletários de todos os países”. As dificuldades da revolução internacional serão superadas, não por uma adaptação passiva, não por uma renúncia ao poder, não por uma expectativa nacional e espera pela insurreição universal, mas pela ação viva, pela superação das contradições, pela dinâmica da luta e a extensão de sua esfera de ação. (p. 1231-1232).

[...]

Da divisão mundial do trabalho, da desigualdade do desenvolvimento de diferentes países, de sua dependência econômica mútua, da desigualdade dos diferentes aspectos

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

da cultura nos diferentes países, da dinâmica das forças produtivas contemporâneas, segue-se que a estrutura socialista pode ser construída apenas por um sistema de espiral econômica, apenas tomando as discórdias internas de um país isolado de todo um grupo de países, apenas pelo mútuo serviço entre diferentes países, e a complementação mútua dos diferentes ramos de sua indústria e cultura – isto é, em última análise, apenas na arena mundial. (p. 1236).

A revolução permanente, TROTSKY, 1929

Lembremo-nos, antes de tudo, de que a doutrina do socialismo num só país foi formulada, pela primeira vez, por Stalin, no outono de 1924. Está em contradição flagrante, não só com toda a tradição do marxismo e com a escola de Lênin, mas também até com tudo o que o próprio Stalin escreveu na primavera do mesmo ano. A separação da escola de Stalin do marxismo, na questão da construção socialista, tem tão grande importância de princípio como, por exemplo, a ruptura da socialdemocracia alemã com o marxismo no problema da guerra, e do patriotismo, em agosto de 1914, exatamente dez anos antes da meia volta de Stalin. Essa comparação não é fortuita: o erro de Stalin, do mesmo modo que o da socialdemocracia, não é outra coisa senão o socialismo nacional.

O marxismo procede da economia mundial, considerada, não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais. As forças produtivas da sociedade capitalista já ultrapassaram, há muito tempo, as fronteiras nacionais. A guerra imperialista não foi senão uma das manifestações desse fato. A sociedade socialista deveria representar, do ponto de vista da produção e da técnica, um estágio mais elevado que o capitalismo: pretender construir a sociedade socialista no interior de limites nacionais

significa que, a despeito de triunfos temporários, fazemos as forças produtivas recuarem, mesmo em relação ao capitalismo. É uma utopia reacionária querer criar, no quadro nacional, um sistema harmonioso e suficiente, composto de todos os ramos econômicos, sem ter em conta as condições geográficas, históricas e culturais do país que faz parte da unidade mundial. Se, a despeito disso, os criadores e partidários dessa doutrina participam da luta revolucionária internacional (com ou sem êxito, não vem ao caso), é porque, na qualidade de ecléticos incorrigíveis, aliam, de modo puramente mecânico, um internacionalismo abstrato a um socialismo nacional utópico e reacionário. O programa da Internacional Comunista, adotado pelo VI Congresso, é a expressão mais perfeita desse ecletismo.

Para demonstrar, de maneira evidente, um dos mais grosseiros erros teóricos que servem de base à concepção de socialismo nacional, nada melhor do que uma citação de um discurso de Stalin, publicado recentemente, e consagrado aos problemas internos do comunismo norte-americano:

Seria errôneo – diz Stalin, ao pronunciar-se contra uma das frações americanas – não levar em conta os traços específicos do capitalismo norte-americano. O Partido Comunista, em sua atividade, não deve ignorá-los. Ainda mais errôneo, porém, seria basear a atividade do partido nesses traços específicos, porque a atividade de todo partido comunista, o norte-americano inclusive, deve basear-se, não nos traços específicos do capitalismo de um país particular, mas nos traços gerais do capitalismo, que, no fundo, são sempre os mesmos em todos os países. É o que constitui o internacionalismo dos partidos comunistas. Os traços específicos formam apenas um complemento dos traços gerais. (*O bolchevique* n° 1, 1930, p. 8)

Essas linhas são de uma clareza absoluta.

Querendo encontrar os motivos econômicos do internacionalismo, Stalin não fez senão motivar, na realidade, o socialismo nacional. Não é verdade que a

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

economia mundial represente apenas a simples soma de frações nacionais uniformes. Não é verdade que os traços específicos não passem de um complemento dos traços gerais, uma espécie de verruga no rosto. Na realidade, as particularidades nacionais formam a originalidade dos traços fundamentais da evolução mundial. Essa originalidade pode determinar a estratégia revolucionária por longos anos. Bastaria recordar que o proletariado de um país atrasado conquistou o poder muito antes que o dos países avançados. Essa simples lição histórica demonstra que, contrariamente às afirmações de Stalin, seria de todo errôneo basear a atividade dos partidos comunistas em alguns traços gerais, isto é, num tipo-modelo abstrato de capitalismo nacional. Não é verdade, de modo algum, que o internacionalismo dos partidos comunistas se baseia nisso. Na realidade, baseia-se na falência do Estado nacional, que é uma sobrevivência e que entrava o desenvolvimento das forças produtivas. Não se pode reorganizar, nem mesmo compreender o capitalismo nacional, sem encará-lo como parte da economia mundial.

As particularidades econômicas dos diferentes países não têm uma importância secundária. Basta comparar a Inglaterra e a Índia, os Estados Unidos e o Brasil. Os traços específicos da economia nacional, por mais importantes que sejam, constituem, em escala crescente, os elementos de uma unidade mais alta, que se chama a economia mundial, e que serve, afinal de contas, de base ao internacionalismo dos partidos comunistas. A definição estalinista da originalidade nacional como simples complemento do tipo geral está em contradição flagrante, mas não fortuita, com a maneira de compreender (ou antes, de não compreender) a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo. Como se sabe, Stalin proclamara a lei fundamental, primordial, universal. Com a ajuda dessa lei, transformada numa abstração, ele experimenta resolver todos os mistérios do ser. Mas – coisa espantosa – não chega mesmo a perceber que a originalidade nacional

representa o produto sumário e mais geral da desigualdade do desenvolvimento histórico. É preciso ter uma ideia justa dessa desigualdade, compreender a sua importância, e estendê-la ao passado pré-capitalista. O desenvolvimento mais ou menos rápido das forças produtivas, o caráter de florescimento ou, ao contrário, de definhamento de certas épocas históricas, como, por exemplo, a Idade Média, o regime das corporações, o absolutismo esclarecido, o parlamentarismo, a desigualdade no desenvolvimento dos diferentes domínios da economia, das diferentes classes, das diferentes instituições sociais, dos diversos elementos da cultura, tudo isso constitui os fundamentos das particularidades nacionais. A originalidade do tipo nacional e social não é senão a cristalização das desigualdades de sua formação.

A Revolução de Outubro foi a mais grandiosa de todas as manifestações da desigualdade da evolução histórica. A teoria da revolução permanente, que fizera o prognóstico do cataclismo de outubro, baseara-se precisamente nessa lei. Mas, em lugar de concebê-la sob uma forma abstrata, considerava-a em sua cristalização material, sob as espécies da originalidade social e política da Rússia.

Stalin não recorre a essa lei para predizer, com oportunidade, a tomada do poder pelo proletariado de um país atrasado, mas para impor, muito mais tarde, em 1924, ao proletariado vitorioso, a tarefa de construir a sociedade socialista nacional. No entanto, nada tem ela que fazer aqui, pois que, em lugar de substituir ou revogar as leis da economia mundial, diante delas se inclina, e a elas se submete.

Fazendo um fetiche da lei do desenvolvimento desigual, Stalin declara-a suficiente para servir de fundamento ao socialismo nacional que, sem se tornar um modelo, isto é, comum a todos os países, continua exclusivo, messiânico, puramente russo. Segundo Stalin, a sociedade socialista autônoma só pode ser criada na Rússia. Ao fazer tal afirmação, ele coloca as particularidades nacionais da

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Rússia acima dos traços gerais da nação capitalista, e acima mesmo de toda a economia mundial. É onde começa a contradição inevitável de toda a sua concepção. A originalidade da URSS, diz ele, é tão poderosa, que lhe pertence construir o seu socialismo independentemente de tudo o que possa acontecer no resto da humanidade. Quanto à originalidade das outras nações, desprovidas do selo messiânico, não passa de um complemento dos traços gerais, de uma verruga no rosto. “Seria errôneo”, ensina Stalin, “basear a atividade do Partido Comunista nos traços específicos”.

Essa lição moral serve para os partidos americano, inglês, sul-africano e sérvio, mas não para o partido russo, cuja atividade não se baseia nos traços gerais, mas, ao contrário, nas particularidades. Daí resulta a estratégia essencialmente dúbia da Internacional Comunista: enquanto a URSS opera a liquidação das classes e a construção do socialismo, o proletariado de todos os outros países é chamado a uma ação simultânea, regulada pelo calendário (1° de agosto, 6 de março etc.), sem ter em conta as condições nacionais reais. Ao nacionalismo messiânico, se junta ainda um internacionalismo abstrato e burocrático. Esse dualismo penetra todo o programa da Internacional Comunista, tirando-lhe qualquer valor de princípio.

Quando se examinam a Inglaterra e a Índia, como duas variedades extremas do tipo capitalista, chega-se à conclusão de que o internacionalismo dos proletariados inglês e hindu se funda na inseparável interdependência das condições, dos fins e dos métodos, e não na sua identidade. Os triunfos do movimento de libertação na Índia desencadeiam o movimento revolucionário na Inglaterra e vice-versa. Uma sociedade socialista autônoma não pode ser construída na Índia, nem na Inglaterra. Os dois países deverão fazer parte de uma unidade mais alta. Só isso constitui a base firme do internacionalismo marxista. (p. 39-43)

[...]

Antes de mais nada, seria preciso perguntar: se, para mim, em 1905, a questão se resumia na revolução “socialista”, por que achei, então, que esta poderia começar na Rússia atrasada, antes de se verificar na Europa avançada? Talvez por patriotismo ou por orgulho nacional? De qualquer maneira, foi exatamente assim que as coisas se passaram. Será que Radek não compreende que, se a revolução democrática pudesse realizar-se, entre nós, como etapa independente, não teríamos, agora, a ditadura do proletariado? Se a conseguimos antes da Europa, foi porque a história ligou – não confundiu, mas ligou organicamente – o conteúdo fundamental da revolução burguesa com a primeira etapa da revolução proletária.

A distinção entre revolução burguesa e revolução proletária é o alfabeto. Mas, depois de ter aprendido o alfabeto, aprendem-se as sílabas, que se compõem de letras. A história reuniu as letras mais importantes do alfabeto burguês com as primeiras letras do alfabeto socialista. Radek desejaria que voltássemos dessas sílabas ao alfabeto. É triste, mas é assim. É absurdo dizer que não se podem saltar as etapas. O curso vivo dos acontecimentos históricos salta sempre por cima das etapas, que são o resultado de uma análise teórica da evolução considerada em seu conjunto, isto é, em sua amplitude máxima, e, nos momentos críticos, exige ele o mesmo salto da política revolucionária. Poder-se-ia dizer que a capacidade de reconhecer e utilizar esses momentos distingue, antes de tudo, o revolucionário do evolucionista vulgar.

A análise feita por Marx do desenvolvimento da indústria (o ofício, a manufatura, a usina) corresponde ao alfabeto da economia política ou, melhor, da teoria econômico-histórica. Na Rússia, porém, a usina apareceu sem passar pelo período da manufatura e do ofício. Já são as sílabas da história. Uma evolução análoga verificou-se, entre nós, no domínio da política e das relações de classe. Não se pode compreender a nova história da Rússia, sem ter aprendido

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

o esquema de Marx: ofício, manufatura, usina. Mas, não se compreenderá nada, quando se tiver aprendido somente isso. E que a história russa – digamo-lo sem ofender Stalin – realmente saltara algumas etapas. Todavia, a distinção teórica das etapas também é necessária para a Rússia, porque, sem isso, não se chegaria a compreender o caráter do salto, nem suas consequências.

Poder-se-ia abordar o problema sob outro aspecto (como fazia Lenin, às vezes, na questão da dualidade de poderes), dizendo que as três etapas de Marx existiram de fato na Rússia. Mas, as duas primeiras só existiram sob uma forma reduzida e embrionária. Representados por pontinhos, esses “vestígios” bastam para confirmar a unidade genética da evolução econômica. Entretanto, sua redução quantitativa foi tão grande que engendrou particularidades inteiramente novas na estrutura social da nação. A Revolução de Outubro é a expressão mais eloquente dessas “particularidades” novas em política.

Em todas essas questões, o “teórico” Stalin é simplesmente insuportável. Toda a bagagem teórica desse pobre espírito se reduz a duas sacolas: numa, ele pôs a “lei do desenvolvimento desigual”; na outra, “não saltar por cima das etapas”. Stalin não chega a compreender, ainda hoje, que a desigualdade do desenvolvimento consiste precisamente nos saltos por cima das etapas (ou no estacionamento demorado numa delas). Com uma seriedade inimitável, Stalin opõe à teoria da revolução permanente ... a lei do desenvolvimento desigual. No entanto, a previsão do fato de que a Rússia, historicamente atrasada, podia conhecer uma revolução proletária mais cedo do que a Inglaterra avançada, baseava-se inteiramente na lei do desenvolvimento desigual. Mas, para formular essa previsão, era preciso, primeiro, compreender a desigualdade histórica em toda a sua dinâmica concreta, e não ruminar, sem cessar, a citação de 1915 de Lênin, virada pelo avesso e interpretada com ignorância. Compreende-se, com facilidade, a dialética das “etapas” históricas nos períodos

de expansão revolucionária. Os períodos reacionários, ao contrário, são peculiares ao desenvolvimento de um evolucionismo barato. O estalinismo, essa vulgaridade ideológica concentrada, digno rebento da reação no partido, criou uma espécie de culto do desenvolvimento por etapas para disfarçar o “caudismo” e o empirismo políticos. Também Radek caiu presa dessa ideologia reacionária.

Há etapas do desenvolvimento histórico que podem tornar-se inevitáveis em certas condições, sem que o sejam do ponto de vista teórico. Por outro lado, a dinâmica da evolução pode reduzir a zero etapas teoricamente “inevitáveis”, sobretudo durante as revoluções, chamadas, com acerto, “locomotivas da história”. (p. 164-166)

[...]

Que diferença há, então, entre os países avançados e os países atrasados? Há uma diferença muito grande, mas sempre subordinada às relações da dominação capitalista. As formas e os métodos da dominação da burguesia são extremamente diversos, nos diferentes países. Num dos polos, temos a dominação direta e absoluta dos Estados Unidos; noutro polo, o capital financeiro, adaptando-se às instituições caducas da Idade Média asiática, submete-as, utiliza-as, e lhes impõe seus métodos – a Índia. Mas, tanto num polo quanto no outro, domina a burguesia. Isso nos leva a supor que a ditadura do proletariado também terá, nos diferentes países, um caráter extremamente variado quanto à sua base social, às suas formas políticas, às suas tarefas imediatas, e ao seu ritmo. Seja como for, só a hegemonia revolucionária do proletariado, transformando-se em ditadura do proletariado depois da conquista do poder, poderá dar às massas populares a vitória sobre o bloco dos imperialistas, dos feudais e dos burgueses nacionais.

Presume Radek que é a “originalidade” dos diferentes países o que tem em vista, em oposição a mim, quando se limita a dividir o gênero humano em duas categorias: a dos países “maduros” para a ditadura socialista, e a dos que só

Lei do desenvolvimento e o sigilo combinado

estão “maduros” para a ditadura democrática. Serve-se ele, na realidade, de um lugar-comum, cujo único resultado é impedir que os comunistas façam um estudo sério da originalidade de cada país. No entanto, um bom sistema de reivindicações e de ações, assim como um bem definido programa de luta pela influência sobre as massas operárias e camponesas, só podem basear-se no estudo pormenorizado da originalidade de cada país, isto é, do entrelaçamento real das diferentes etapas do desenvolvimento histórico. Um país que não fez ou não terminou sua revolução democrática apresenta particularidades extremamente importantes, que devem constituir a base do programa da vanguarda proletária. É só com um programa nacional assim compreendido que cada partido comunista pode empenhar-se, com bom êxito, numa luta efetiva contra a burguesia e seus agentes democráticos, conquistando a maioria da classe operária e dos trabalhadores em geral.

As probabilidades de vitória nessa luta dependem, naturalmente e, sobretudo, do papel do proletariado na economia do país e, por conseguinte, do grau de desenvolvimento capitalista. Não é esse, porém, o único critério. Não é menos importante saber se existe nesse país um problema “popular”, de grande envergadura e de empolgante atualidade, que interesse à maioria da nação, e cuja solução só possa ser dada por medidas revolucionárias extremamente audazes. É o caso do problema agrário e o do problema nacional, em suas diferentes combinações. Dada a acuidade do problema agrário, e dado o caráter odioso da opressão nacional, o proletariado dos países coloniais, a despeito de sua juventude e do seu desenvolvimento relativamente fraco, pode chegar ao poder, colocando-se no terreno da revolução nacional-democrática, mais cedo do que o proletariado de um país avançado que se coloque num terreno puramente socialista. Tinha-se a impressão de que, depois de Outubro, já não era necessário demonstrar isso. Mas, durante os anos de reação e de deboche teórico dos epígonos, as noções mais elementares têm sido tão

deturpadas, que se é obrigado a recomeçar sempre pelo alfabeto.

Significará o que se disse acima que todos os países do mundo estejam, atualmente, mais ou menos maduros para a revolução socialista? Não; é essa uma maneira falsa, mecânica e escolástica, estalinista-bukhariniana de colocar a questão. Indiscutivelmente, em seu conjunto, a economia mundial está madura para o socialismo. Isso, porém, não significa, de modo algum, que todo país, considerado isoladamente, esteja na mesma situação. Como instituir, então, a ditadura do proletariado em vários países atrasados, como a China, a Índia, etc.? Respondemos: a história não se faz por encomenda. Um país pode estar “maduro” para a ditadura do proletariado e, contudo, não o estar ainda para a construção independente do socialismo, ou mesmo para grandes medidas de socialização. É preciso não tomar, nunca, como ponto de partida, a harmonia preestabelecida da evolução social. Apesar do afetuoso abraço teórico de Stalin, a lei do desenvolvimento desigual ainda existe, manifestando sua força, tanto nas relações entre países, quanto na correlação das diferentes séries de fenômenos, dentro de um mesmo país. A conciliação do desenvolvimento desigual da economia e da política só pode ser obtida na escala mundial. Isso significa, em particular, que o problema da ditadura do proletariado na China não pode ser considerado exclusivamente nos limites da economia e da política chinesas. E estamos, aqui, diante de dois pontos de vista que se excluem reciprocamente: o da teoria internacionalista e revolucionária da revolução permanente, e o da teoria nacional-reformista do socialismo num só país. Não só a China atrasada, mas nenhum país do mundo poderá construir o socialismo dentro dos seus quadros nacionais: a isso se opõem, não só as forças produtivas, que, altamente desenvolvidas, ultrapassam os limites nacionais, como também as forças produtivas que, insuficientemente desenvolvidas, impedem a nacionalização. Na Inglaterra, por exemplo, a ditadura

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

do proletariado encontrará obstáculos e dificuldades diferentes, mas talvez tão grandes como as que irá encontrar a ditadura do proletariado na China. Em ambos os casos, as contradições só poderão ser suprimidas por meio da revolução internacional. Essa maneira de colocar a questão exclui a própria possibilidade de se perguntar se a China está ou não “madura” para a transformação socialista. É, todavia, indiscutível que a situação de atraso da China dificultará ao extremo as tarefas da ditadura proletária. Mas repitamo-lo: a história não trabalha por encomenda, e ao proletariado chinês não é dado escolher.

Significará isso que todo país, mesmo um país colonial atrasado, esteja maduro, se não para o socialismo, ao menos para a ditadura do proletariado? Não, não significa. Mas, então, como fazer a revolução democrática, em geral, e nas colônias, em particular? Respondo com outra pergunta: e quem disse que todo país colonial está maduro para a realização integral e imediata de suas tarefas nacionais-democráticas? É preciso inverter o problema.

Nas condições da época imperialista, a revolução nacional-democrática só pode ser vitoriosa quando as relações sociais e políticas do país estejam maduras para levar o proletariado ao poder, como chefe das massas populares. E quando as coisas ainda não tiverem chegado a esse ponto? Nesse caso, a luta pela libertação nacional só dará resultados incompletos e nefastos para as massas trabalhadoras. Em 1905, o proletariado da Rússia não tinha força bastante para arrastar as massas camponesas e conquistar o poder. Foi por isso que a revolução ficou no meio do caminho, para malograr em seguida. Na China, onde o proletariado, apesar da situação excepcionalmente favorável, foi impedido, pela direção da Internacional Comunista, de lutar pelo poder, as tarefas nacionais se realizaram de maneira miserável, instável e ruim, sob o regime do Kuomintang.

Não se pode prever quando e em que condições um país estará maduro para a solução verdadeiramente

revolucionária das questões agrária e nacional. Em todo caso, podemos afirmar, desde já, com toda a certeza, que tanto a China quanto a Índia só poderão chegar a uma verdadeira democracia popular, isto é, operária e camponesa, por meio da ditadura do proletariado. Numerosas etapas diferentes podem esperá-los, nesse caminho. Sob a pressão das massas populares, a burguesia ainda dará passos à esquerda, para depois ferir o povo da maneira mais impiedosa. Períodos de “dualidade de poderes” são possíveis e prováveis. Uma hipótese, porém, está completamente excluída: a de que possa haver verdadeira ditadura democrática que não seja a ditadura do proletariado. Uma ditadura democrática independente só pode ter o caráter do Kuomintang, o que significa que será inteiramente dirigida contra os operários e os camponeses. É preciso compreender e ensinar isso às massas, sem ocultar a realidade das classes com uma fórmula abstrata. (p. 179-182)

A Internacional Comunista depois de Lênin - Stalin, o grande organizador de derrotas, TROTSKY, 1928

Em todo caso, temos o direito de perguntar: em que todas as declarações de Lênin se diferem da convicção que expressei em 1915, de que a futura Rússia revolucionária ou a Alemanha socialista não podem sobreviver “isoladas em um mundo capitalista”? Os prazos não são os mesmos daqueles que foram apresentados nas previsões, nem nas minhas, nem nas de Lênin; mas a ideia fundamental preserva todo seu vigor, talvez hoje mais do que nunca. Ao contrário de condená-la, como fez a VII Plenária, se baseando em um informe que carecia de competência e boa-fê, é indispensável introduzi-la no programa da IC.

Para defender a palavra de ordem de Estados Unidos Soviéticos da Europa, havíamos assinalado, em 1915, que a lei do desenvolvimento desigual não constituía, por si mesmo, um argumento contra essa palavra de ordem; de fato, a desigualdade do desenvolvimento histórico é, *por sua*

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

vez, desigual em relação a diversos Estados e continentes: os países da Europa se desenvolvem desigualmente, comparados uns aos outros. Contudo, pode-se dizer, com absoluta certeza, do ponto de vista histórico, pelo menos da época histórica que podemos antever, que nenhum deles possui sobre os demais a vantagem que os Estados Unidos alcançaram sobre a Europa. Há *uma* escala de desigualdade em relação aos Estados Unidos, e há *outra* para a Europa. As condições históricas e geográficas determinaram, entre o avanço dos países da Europa, uma ligação orgânica tão íntima, que não pode absolutamente ser desfeita. Os governos europeus burgueses atuais se assemelham a assassinos presos em uma mesma corrente. Como já foi dito, a revolução europeia terá igualmente, *em última instância*, uma importância decisiva para os Estados Unidos. Mas, do ponto de vista *imediate*, no cálculo histórico mais aproximado, a revolução na Alemanha será bem mais importante para a França do que para os Estados Unidos da América do Norte. É a partir dessa relação criada pela história que se deduz a vitalidade política da palavra de ordem da Federação de Soviotes da Europa. Falamos de vitalidade *relativa*, pois, é evidente que essa república se estenderá através da imensa ponte que constitui a União Soviética rumo à Ásia, para logo entrar na união das repúblicas socialistas mundiais. Mas, isso será uma segunda época, ou o capítulo seguinte da época imperialista; quando o abordarmos, encontraremos as fórmulas que lhe convêm.

Pode-se demonstrar, por meio de citações adicionais, que o desacordo com Lênin em 1915 estava estritamente no campo da tática e, por sua própria essência, possuía um caráter provisório; mas o curso seguido pelos acontecimentos é uma prova melhor: em 1923, a IC tornou sua a palavra de ordem em disputa. Se, em 1915, ela não pudesse ser admitida por razões de princípio, como tentam dizer os autores do *Projeto de Programa*, a IC não teria podido adotá-la oito anos depois; é preciso pensar que a lei

do desenvolvimento desigual não parou de agir, durante esse período de tempo.

A forma de colocar a questão apresentada acima decorre da dinâmica do processo revolucionário tornado com um todo. A revolução internacional é considerada como um processo que possui suas conexões internas, que não pode ser previsto, nem ter todas suas fases determinadas de antemão, mas cujas características históricas, em geral, são bastante claras. Sem compreender isso, é absolutamente impossível se orientar corretamente na política. (p. 92-93)

[...]

Por diversas vezes, e nem sempre de modo adequado, o projeto se refere à lei de desenvolvimento desigual do capitalismo, apresentando-a como uma lei fundamental, e que determina quase tudo. Uma série de erros do projeto, e entre eles um que é essencial do ponto de vista teórico, se baseia em uma concepção unilateral e errônea, nem marxista, nem leninista, da lei do desenvolvimento desigual.

No primeiro capítulo, o projeto diz:

“A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Essa desigualdade aumenta e se agrava ainda mais na época do imperialismo.”

Está certo. Essa fórmula condena a forma como Stálin colocou recentemente a questão, ao afirmar que a lei do desenvolvimento desigual era desconhecida de Marx e Engels, e foi descoberta pela primeira vez por Lênin. Em 15 de setembro de 1925, Stálin escreveu que Trotsky não poderia se basear em Engels, que escreveu em uma época em que *“ele não podia sequer colocar essa questão (!!!) da lei do desenvolvimento desigual dos países capitalistas”*. Ainda que essas palavras pareçam inverossímeis, Stálin, um dos autores do projeto, repetiu-a diversas vezes. O texto do projeto dá, em relação a esse ponto, um passo adiante, como vimos. Se, no entanto, deixarmos de lado essa correção a uma falha elementar, o que o projeto diz

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

acerca da lei do desenvolvimento desigual é, na essência, unilateral e incompleto.

Em primeiro lugar, seria mais justo dizer que toda a história da humanidade ocorre sob o signo do desenvolvimento desigual. O capitalismo encontra as distintas partes da humanidade já em diferentes graus de evolução, cada qual com profundas contradições internas. A extrema variedade de níveis alcançados, e a extraordinária desigualdade devido aos diferentes ritmos de desenvolvimento das diversas partes da humanidade, no decorrer de distintos períodos, constituem *o ponto de partida* do capitalismo. Apenas gradualmente ele domina a desigualdade que herdou, espelhando-a e modificando-a com seus próprios métodos, e caminhando à sua própria maneira. O capitalismo se distingue dos sistemas econômicos que o precederam por sua tendência contínua à expansão econômica, a penetrar em novas regiões, a triunfar sobre as diferenças econômicas, a transformar as economias provinciais e nacionais, antes fechadas em si mesmas, em um sistema de vasos comunicantes, a juntá-las, equalizando os níveis econômicos e culturais, dos países mais avançados e mais atrasados. Não é possível conceber, sem esse processo fundamental, o nivelamento relativo, em primeiro lugar da Europa e da Inglaterra, em seguida da Europa e da América; a industrialização das colônias, que diminui a lacuna existente entre as Índias e a Grã-Bretanha, assim como todas as consequências dos processos enumerados, nos quais se baseia, não apenas o programa da IC, mas a sua própria existência.

Mas, ao aproximar os países e igualar os níveis de seu desenvolvimento, o capitalismo age com *seus* métodos, ou seja, com os métodos da anarquia, que sabotam continuamente seu próprio trabalho, opondo um país e um ramo da produção a outro, favorecendo o desenvolvimento de certas partes da economia mundial, e freando e paralisando outras. É a combinação dessas duas tendências fundamentais, centrípeta e centrífuga,

nivelamento e desigualdade, ambas consequências da própria natureza do capitalismo, que nos explicam o entrelaçamento vivo do processo histórico.

Em razão da universalidade, da mobilidade, da dispersão do capital financeiro penetrando em todas as partes, dessa força motriz do imperialismo, acentuam-se ainda mais *as duas tendências*. O imperialismo reúne em um todo, com muita rapidez e profundidade, as diversas reservas nacionais e continentais; cria entre elas uma íntima dependência vital; ele aproxima seus métodos econômicos, suas formas sociais, e seus níveis de evolução. Ao mesmo tempo, persegue seus “objetivos” com métodos tão contraditórios, dando tais saltos, fazendo tais incursões, nos países e regiões retardatárias, que a unificação e o nivelamento da economia mundial que atinge são à custa de mais violência e convulsões, do que em todas as épocas precedentes.

Somente essa concepção dialética e não abstrata, nem mecânica, da lei do desenvolvimento desigual pode evitar o erro radical do qual o projeto apresentado ao VI Congresso não pôde escapar.

Imediatamente após ter caracterizado esta lei da forma unilateral que indicamos acima, o projeto diz:

“Daí resulta que a revolução internacional do proletariado não pode ser considerada como um ato que se realiza simultaneamente em todas as partes. Daí resulta que a vitória do socialismo é possível inicialmente em alguns poucos países, e mesmo em um só país capitalista considerado isoladamente.”

Evidente que nenhuma pessoa adulta se atreveria a contestar que é impossível que a revolução internacional do proletariado seja um ato simultâneo; sobretudo, após a experiência da Revolução de Outubro, que a classe trabalhadora de um país atrasado realizou, sob a pressão da necessidade histórica, e sem esperar que o proletariado dos países avançados “retificasse o *front*”. É totalmente justo e oportuno recorrer à lei do desenvolvimento

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

desigual dentro desses limites. Mas, é bem diferente a segunda parte da afirmação, a conclusão sem fundamento de que a vitória do socialismo é possível “em um só país capitalista considerado isoladamente”. Como prova, o projeto diz simplesmente: “Daí resulta”, ou seja, que isto se deduziria da lei do desenvolvimento desigual. Não é assim, absolutamente. “Daí resulta” diretamente o oposto. Se o processo histórico consiste em que os diversos países se desenvolvem, não apenas de forma desigual, mas também *independentemente uns dos outros*, ficando isolados uns dos outros, então, sem dúvida alguma, seria possível deduzir da lei do desenvolvimento desigual a possibilidade da construção do socialismo em um só país, considerado isoladamente: em primeiro lugar, nos mais avançados, e então nos mais atrasados, conforme fossem se tornando maduros. Esta era a concepção habitual, em certa medida, da transição ao socialismo na socialdemocracia do pré-guerra. Ela consiste precisamente na consagração teórica do social-patriotismo. O projeto, certamente, não adota esse ponto de vista, mas se aproxima dele.

O erro teórico que comete é o de tentar extrair, da lei do desenvolvimento desigual, o que esta não contém, nem pode conter. A desigualdade, ou a marcha convulsiva da evolução dos diversos países, *viola* continuamente os laços e a interdependência econômica crescente entre eles; mas não os *exclui* completamente; no rescaldo de uma carnificina infernal, que dura quatro anos, esses países são obrigados a comercializar carvão, trigo, petróleo, pólvora e suspensórios. Sobre esse ponto fundamental, o projeto apresenta as coisas como se a evolução histórica se realizasse em saltos. *Mas*, o terreno econômico que os provoca e nos quais são executados ficam completamente de fora do campo visual dos autores do projeto, ou são indevidamente eliminados por eles. Procedem assim para defender a indefensável teoria do socialismo em um só país.

Após o que foi dito, não será difícil compreender que a única forma justa de colocar a questão é a seguinte: já

durante a época pré-imperialista, Marx e Engels chegaram à conclusão de que, por um lado, a irregularidade, as convulsões da evolução histórica, estenderão a revolução proletária por toda uma época, no decorrer da qual as nações entrarão na torrente revolucionária, umas após as outras; mas, por outro, a interdependência orgânica dos diversos países que se desenvolveram, ao ponto de criar uma divisão internacional do trabalho, exclui a possibilidade de construir o socialismo em um só país; agora, há razões ainda mais fortes para sustentar que, no curso da nova época – em que o imperialismo ampliou, aprofundou e deu vida a essas *duas* tendências antagônicas – a doutrina de Marx, que proclama que é possível dar início a uma revolução socialista apenas sobre uma base nacional, mas que não se pode construir a sociedade socialista dentro dos limites de uma nação, é *duas ou três vezes mais verdadeira*. Sobre essa questão, Lênin somente desenvolveu e tornou mais concreta a forma como Marx coloca o problema e a sua solução. (p. 94-97)

[...]

Em 1915, Lênin escreveu:

“A desigualdade da evolução econômica e política é uma lei absoluta do capitalismo. Daí resulta que a vitória do socialismo é possível inicialmente em alguns poucos países, e mesmo em um só país capitalista considerado isoladamente. O proletariado vitorioso desse país, tendo expropriado os capitalistas e *tendo organizado a produção socialista em seu país*, se colocaria contra o resto do mundo capitalista, atraindo as classes oprimidas de outros países, incitando-as a se sublevar contra os capitalistas, empregando, para isso, inclusive, em caso de necessidade, a força militar contra as classes exploradoras e seus Estados.”

O que Lênin queria dizer ao escrever isto? Simplesmente, que a vitória do socialismo, no sentido do estabelecimento da ditadura do proletariado, é possível primeiramente em um só país, que se encontrará, assim, em oposição ao

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

mundo capitalista. O Estado proletário, para se defender dos ataques e passar à ofensiva revolucionária, deverá previamente “organizar a produção socialista em seu país”, ou seja, dirigir ele mesmo o trabalho nas fábricas tomadas dos capitalistas. Isto é tudo. Como se sabe, um “triunfo do socialismo” desse tipo foi obtido pela primeira vez na Rússia; o primeiro Estado operário, para rechaçar a intervenção mundial, teve que, em primeiro lugar, “organizar a produção socialista em seu país”, ou ainda “trustes de tipo socialista consequentes”. Lênin entendia, portanto, a vitória do socialismo em um só país, não como uma fantasmagoria, uma sociedade que viva apenas por si mesma – sobretudo, em um país atrasado – mas algo bem mais realista, a saber: o que a Revolução de Outubro realiza entre nós, desde o primeiro período de sua existência. (p. 99-100)

Eram duas as teses fundamentais da teoria da revolução permanente.

A primeira: independentemente do atraso histórico da Rússia, a revolução pode dar o poder ao proletariado russo, antes do que nos países avançados. Segunda: para superar as contradições com as quais se enfrentará a ditadura do proletariado em um país atrasado, cercada por um mundo de inimigos capitalistas, deverá avançar na arena da revolução mundial. A primeira tese se baseia numa concepção correta da lei do desenvolvimento desigual. A segunda, na compreensão exata da realidade dos laços econômicos e políticos que unem os países capitalistas. Bukhárin está certo em dizer que, ainda agora, eu sustento essas e duas teses fundamentais da teoria da revolução permanente. Agora, mais do que nunca. Isso porque as considero plenamente testadas e comprovadas; teoricamente, pelas obras completas de Marx e de Lênin; e na prática, pela experiência da Revolução de Outubro. (p. 109-110)

[...]

A argumentação da teoria do socialismo em um só país se resume, como vimos, por um lado, a interpretar,

de forma sofista, algumas linhas de Lênin e, por outro, a unia explicação escolástica da “lei do desenvolvimento desigual”. Interpretando corretamente, tanto essa lei histórica, quanto as citações em questão, chegamos a uma conclusão diretamente oposta, ou seja, aquelas às quais chegaram Marx, Engels, Lênin, a que chegamos todos nós, inclusive Stalin e Bukhârin, até 1925.

Do desenvolvimento desigual e convulsivo do capitalismo, deriva o caráter [não simultâneo,] desigual e convulsivo, da revolução socialista; enquanto, da interdependência mútua entre os diversos países, empurrada a um grau muito avançado, decorre a impossibilidade, não somente política, mas também econômica, de construir o socialismo em um só país. (p. 117)

[...]

Aqui é apresentada uma fórmula leninista magnífica. No fundo, ela significa que a Rússia era o Estado imperialista mais atrasado e mais fraco do ponto de vista econômico. É justamente por isso que as classes dominantes se arruinaram primeiro, por haver sobrecarregado as forças produtivas *insuficientes* do país, com um fardo que elas não podiam suportar. O desenvolvimento desigual, convulsivo, obrigou, dessa maneira, o proletariado da potência imperialista mais atrasada a tomar primeiro o poder. Antes, nos era ensinado que, justamente por essa razão, a classe operária “do elo mais fraco” teria maiores dificuldades no caminho para chegar ao socialismo do que o proletariado dos países avançados; este teria mais dificuldades de tomar o poder, mas, ao conquistá-lo muito antes que superássemos nosso atraso, não apenas nos ultrapassaria, mas nos conduziria na construção completa do socialismo, baseada em uma técnica mundial superior, e na divisão internacional do trabalho. Eis a concepção com a qual entramos na Revolução de Outubro, concepção que o partido formulou dezenas e centenas, milhares de vezes, na imprensa e nas reuniões, mas que se tenta substituir, desde 1925, por uma noção diretamente oposta. Agora

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

vemos que o fato de a antiga Rússia czarista ser “o elo mais fraco” coloca nas mãos do proletariado da URSS, herdeiro da Rússia czarista e de suas fraquezas, uma vantagem inapreciável: a de possuir as suas próprias premissas nacionais para a “construção do socialismo integral”. (p. 120-121)

[...]

O *Projeto de Programa* esquece a tese fundamental da incompatibilidade das forças produtivas atuais com as fronteiras nacionais; a consequência disso é que as forças produtivas superiores não são um obstáculo menor à construção do socialismo em um só país que as forças inferiores, embora estas atuem a partir do lado oposto: se as últimas são insuficientes por sua base, é, pelo contrário, a base que é muito estreita para as primeiras. A lei do desenvolvimento desigual é esquecida justamente quando é mais necessária, e adquire maior importância.

A questão da construção do socialismo não se resolve simplesmente pela “maturidade” ou “imaturidade” industrial do país. Essa imaturidade é, ela própria, *desigual*. Na URSS, certos ramos da indústria (particularmente o da construção de máquinas) são muito insuficientes para satisfazer as necessidades internas mais elementares; outras, pelo contrário, não podem se desenvolver, nas circunstâncias atuais, sem uma exportação vasta e crescente. Entre as últimas, algumas são de primeira importância: as explorações florestais, a extração de petróleo e manganês, sem falar da agricultura. De outro modo, os ramos “insuficientes” não poderão mais se desenvolver seriamente, se os ramos que produzem “em superabundância” (relativamente) não puderem exportar. A impossibilidade de construir uma sociedade socialista isolada, não na utopia, na Atlântida, mas nas condições concretas, geográficas e históricas da nossa economia terrestre, é determinada, em diversos países e diversos graus, tanto pela extensão insuficiente de certos ramos, como pelo desenvolvimento “excessivo” de certos outros.

Em seu conjunto, isto significa justamente que as forças produtivas contemporâneas são incompatíveis com as fronteiras nacionais. (p. 122).

5.Outras manifestações do desenvolvimento desigual e combinado e a revolução permanente

Escritos Latinoamericanos - Discussão sobre a América Latina, TROTSKY, 1938

... A questão tem uma enorme importância e o esquematismo na fórmula da revolução permanente pode tornar-se, e se torna aos poucos, extremamente perigoso para nosso movimento na América Latina.

Que a história pode saltar etapas é evidente. Por exemplo, se é construída uma ferrovia nas selvas de Yucatán, isto é saltar etapas. Isso, no âmbito do desenvolvimento americano das comunicações. E quando Toledano jura por Marx, também é saltar etapas, porque os Toledanos da Europa, nos tempos de Marx, juravam por outros profetas. A Rússia saltou a etapa da democracia. Isso é bem conhecido. O proletariado pode saltar a etapa da democracia, mas nós não podemos saltar as etapas do desenvolvimento do proletariado.

Creio que nossos camaradas, no México e fora dele, tratam de forma abstrata, no que concerne ao proletariado, e inclusive à história em geral, de saltar, não já com as massas por cima de certas etapas, mas por cima da história em geral e, sobretudo por cima do desenvolvimento do proletariado. A classe operária do México participa, e não pode mais que participar no movimento, na luta pela independência do país, pela democratização das relações agrárias, etc. Desse modo, o proletariado pode chegar ao poder antes que a independência do México esteja assegurada, e as relações agrárias, reorganizadas. Então, o governo operário poderá se tornar um instrumento de resolução dessas questões.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

A sociedade latino-americana, como toda sociedade – desenvolvida ou atrasada – está composta por três classes: a burguesia, a pequena-burguesia e o proletariado. Na medida em que as tarefas são democráticas, no amplo sentido histórico, são tarefas democrático-burguesas, mas aqui a burguesia é incapaz de resolvê-las, como também foi na Rússia e na China.

Neste sentido, durante o curso da luta pelas tarefas democráticas, opomos o proletariado à burguesia. A independência do proletariado, inclusive no começo deste movimento, é absolutamente necessária, e opomos particularmente o proletariado à burguesia na questão agrária, porque a classe que governará, tanto no México como em todos os demais países latino-americanos, será a que atrair para ela os camponeses. Se os camponeses continuarem apoiando a burguesia, como na atualidade, então existirá esse tipo de estado semibonapartista, semidemocrático, que existe hoje em todos os países da América Latina, com tendências para as massas.

Estamos no período em que a burguesia nacional busca obter um pouco mais de independência diante dos imperialismos estrangeiros. A burguesia nacional é obrigada a flertar com os operários, com os camponeses, e temos agora o homem forte do país orientado à esquerda, como hoje no México. Se a burguesia nacional está obrigada a abandonar a luta contra os capitalistas estrangeiros, e trabalha sob sua tutela direta, teremos um regime fascista, como no Brasil, por exemplo. Mas, ali a burguesia é absolutamente incapaz de constituir sua dominação democrática, porque, por um lado tem o capital imperialista, e por outro, tem medo do proletariado, porque a história lá saltou uma etapa, e o proletariado se tornou um fator importante antes que tenha sido realizada a organização democrática do conjunto da sociedade.

Inclusive, nestes governos semibonapartistas democráticos, o Estado necessita do apoio dos camponeses, e é graças ao seu peso que disciplina os operários. É mais

ou menos o que acontece no México.

Agora, a Quarta Internacional reconhece todas as tarefas democráticas do Estado na luta pela independência nacional, mas a seção mexicana da Quarta Internacional disputa com a burguesia nacional frente aos operários e frente aos camponeses. Estamos em constante disputa com a burguesia nacional, como única direção capaz de assegurar a vitória das massas no combate contra os imperialistas estrangeiros. Na questão agrária, apoiamos as expropriações. Isso não significa, corretamente entendido, que apoiamos a burguesia nacional. Em todos os casos nos quais ela enfrenta diretamente os imperialistas estrangeiros ou seus agentes reacionários fascistas, lhe damos nosso pleno apoio revolucionário, conservando a independência completa de nossa organização, de nosso programa, de nosso partido, e nossa plena liberdade de crítica. (p. 118-120)

Programa de Transição, TROTSKY, 1936

Os países atrasados e o programa das reivindicações transitórias

Os países coloniais e semicoloniais são, por sua própria natureza (essência), países atrasados. Mas, esses países atrasados vivem em condições de domínio mundial do imperialismo. É por isso que seu desenvolvimento tem um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra da técnica e da civilização capitalista. É isso que determina a política do proletariado dos países atrasados: ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa, com a luta socialista contra o imperialismo mundial. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Mal havia iniciado a construção de sindicatos, o proletariado chinês foi obrigado a pensar nos conselhos. É nesse

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

sentido que o presente programa é plenamente aplicável aos países coloniais e semicoloniais; pelo menos àqueles onde o proletariado já é capaz de possuir uma política independente.

Os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, a liquidação da herança feudal, e a independência nacional, isto é, a derrubada do jugo imperialista. Essas duas tarefas estão estreitamente ligadas, uma à outra.

Não se deve rejeitar pura e simplesmente o programa democrático: é necessário que as próprias massas ultrapassem esse programa na luta. A palavra de ordem de assembleia nacional (ou constituinte) conserva toda sua força, em países como a China ou a Índia. É necessário ligar, indissoluvelmente, essa palavra de ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. Somente eles poderão levantar e unir os camponeses. Baseados no programa democrático e revolucionário, é necessário opor os operários à burguesia “nacional”.

Em certa etapa da mobilização das massas, sob as palavras de ordem da democracia revolucionária, os conselhos podem e devem aparecer. Seu papel histórico em cada período determinado, em particular suas relações com a assembleia nacional, é definido pelo nível político do proletariado, pela união entre eles e a classe camponesa, e pelo caráter da política do partido proletário. Cedo ou tarde, os conselhos devem derrubar a democracia burguesa. Somente eles são capazes de levar a revolução democrática até o fim e, assim, abrir a era da revolução socialista.

O peso relativo das diversas reivindicações democráticas na luta do proletariado, suas mútuas relações, e sua ordem de sucessão estão determinados pelas particularidades e pelas condições próprias de cada país atrasado, em particular pelo grau de seu atraso. Entretanto, a direção geral do desenvolvimento revolucionário pode

ser determinada pela fórmula da revolução permanente, no sentido que lhe foi definitivamente dado pelas três revoluções na Rússia (1905; fevereiro de 1917; outubro de 1917). (p. 80-81)

A revolução espanhola e as tarefas dos comunistas,
TROTSKY, 1931

Nem é preciso dizer que a palavra de ordem de República é também uma palavra de ordem do proletariado. No entanto, não se trata simplesmente de substituir o rei por um presidente, mas de liberar radicalmente toda a sociedade das imundícies do feudalismo. Aqui a *questão agrária* ocupa o primeiro plano.

As relações existentes no campo espanhol apresentam um quadro de exploração semifeudal. A miséria dos camponeses, principalmente na Andaluzia e Castilha, o jugo dos latifundiários, das autoridades e dos caciques, já levou, mais de uma vez, os operários agrícolas e o campesinato pobre a manifestarem abertamente sua indignação. Isso significa que é possível, na Espanha, inclusive ante uma revolução, separar as relações burguesas das feudais? Não, isso só significa que, nas condições da Espanha, o capitalismo não pode explorar o campesinato, senão sob a forma semifeudal. Apontar a arma da revolução contra os restos da Idade Média é apontá-la contra as próprias raízes da dominação burguesa.

Para tirar o campesinato do particularismo local e da influência reacionária, o proletariado necessita de um claro programa revolucionário-democrático. A falta de terra e de água e a escravidão, através do arrendamento, colocam concretamente o problema da *expropriação das grandes propriedades agrárias privadas*, em favor do campesinato pobre. Os tributos fiscais, a dívida pública insuportável, a rapina burocrática e as aventuras africanas colocam a questão do *governo barato*, que pode ser garantido, não pelos latifundiários, nem pelos banqueiros ou industriais, nem pela nobreza liberal, mas sim pelos próprios operários.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

A dominação do clero e as riquezas da Igreja determinam uma tarefa democrática: *separar a Igreja do Estado*, e desarmá-la, entregando suas riquezas ao povo. Inclusive as camadas mais supersticiosas do campesinato sustentarão essas medidas decisivas, quando se convencerem que as somas do orçamento que iam até agora para Igreja, assim como as riquezas da própria Igreja, não irão parar, depois da secularização, nos bolsos dos liberais livres-pensadores, mas sim serão destinadas para reanimar a exausta economia camponesa.

As tendências separatistas colocam para a revolução a tarefa democrática da livre *autodeterminação nacional*. Essas tendências se acentuaram e vieram a público durante o período da ditadura. Mas, enquanto o “separatismo” da burguesia catalã não é para ela, em sua disputa com o governo de Madri, mais do que um instrumento contra o povo catalão e espanhol, o separatismo dos operários e camponeses é o invólucro de sua indignação social. Deve-se estabelecer uma diferenciação rigorosa entre esses dois tipos de separatismo. Mas, para separar os operários e camponeses oprimidos de sua burguesia, a vanguarda do proletariado necessita tomar, no que se refere à questão da livre autodeterminação nacional, a mais audaz e sincera posição. Os operários defenderão, até o final, o direito dos catalães e bascos organizarem sua vida em um Estado independente, no caso em que a maioria desses povos se pronuncie pela separação completa. No entanto, isso não quer dizer que os operários avançados empurrarão os catalães e bascos até a independência. Pelo contrário, uma unidade econômica do país, resguardando-se uma ampla autonomia para as nacionalidades, apresentaria para os operários e camponeses grandes vantagens, do ponto de vista econômico e cultural. (p. 334-336)

6. Algumas fontes teóricas da lei do desenvolvimento desigual

Imperialismo, estágio superior do capitalismo, LÊNIN, 1916

Os bancos, em todo caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam, e muitas vezes tornam mais rápido, o processo de concentração do capital e de constituição de monopólios.

“Os bancos criam, à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção” – escrevia Marx, há meio século, em *O capital* (trad. rus., t. III, parte II, p. 144). Os dados que reproduzimos, referentes ao aumento do capital bancário, do número de agências e sucursais dos bancos mais importantes e suas contas correntes, etc., mostram-nos concretamente essa “contabilidade geral” de toda a classe capitalista, e não só capitalista, pois, os bancos reúnem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todo o gênero, tanto dos pequenos patrões, como dos empregados e de uma reduzida camada superior dos operários. A “distribuição geral dos meios de produção”: é o que *surge* – do ponto de vista formal – dos bancos modernos; de três a seis dos bancos mais importantes na França, e de seis a oito deles na Alemanha, dispõem de bilhões e bilhões. Mas, pelo *seu conteúdo*, essa distribuição dos meios de produção não é de modo algum “geral”, mas privada; isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do maior deles: do capital monopolista, cujas condições de atuação são tais que a massa da população passa fome, e em que todo o desenvolvimento da agricultura se atrasa irremediavelmente, em relação à indústria, uma parte da qual, a “indústria pesada”, recebe um tributo de todos os demais ramos industriais. (p. 62-63)

[...]

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo atual, no qual impera o monopólio, é a exportação de *capital*.

O capitalismo é a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca – tanto no interior do país como, em especial, no campo internacional – é um traço distintivo e característico do capitalismo. O desenvolvimento desigual, por saltos, das diferentes empresas e ramos da indústria, e dos diferentes países, é inevitável sob o sistema capitalista. A Inglaterra é a primeira a se transformar em país capitalista e, em meados do século XIX, ao implantar o livre-comércio, pretendeu ser a “oficina de todo o mundo”, o fornecedor de artigos manufaturados para todos os países, que deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas. Mas *este* monopólio da Inglaterra se enfraqueceu, já no último quartel do século XIX, pois, alguns outros países, defendendo-se por meio de direitos alfandegários “protecionistas”, se tinham transformado em Estados capitalistas independentes. No limiar do século XX, assistimos à formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de uns poucos países riquíssimos, nos quais a acumulação do capital tinha alcançado proporções gigantescas. Constituiu-se um enorme “excedente de capital” nos países avançados.

Naturalmente, se o capitalismo pudesse desenvolver a agricultura, que hoje em dia se encontra em toda a parte enormemente atrasada em relação à indústria; se pudesse elevar o nível de vida das massas populares, que continuam marcadas – apesar do vertiginoso progresso da técnica – por uma vida de subalimentação e de miséria, não haveria motivo para falar de um excedente de capital. Este é o “argumento” que os críticos pequeno-burgueses do

capitalismo esgrimem sem parar. Mas, então, o capitalismo deixaria de ser capitalismo, pois, o desenvolvimento desigual e a subalimentação das massas são as condições e as premissas básicas e inevitáveis deste modo de produção. Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois, isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas; mas ao aumento desses lucros, através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois, os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados já ter sido incorporada na circulação do capitalismo mundial; de terem sido aí construídas as principais ferrovias, ou estarem em vias de construção; de estarem asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo “ter amadurecido excessivamente” em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação “lucrativa”. (p. 93-94)

[...]

E eis que, em 1907, se estabeleceu, entre o truste americano e o truste alemão [da indústria elétrica], um acordo para a partilha do mundo. Foi suprimida a concorrência: a GEC “recebeu” os Estados Unidos e o Canadá; à AEG “coube” a Alemanha, a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Balcãs. Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países “novos”, ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se o intercâmbio de invenções e experiências.

Compreende-se toda a dificuldade da concorrência com este truste, de fato único e mundial, que dispõe de um capital de bilhões, e cujas “sucursais”, representações, agências,

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

relações etc. estão em todos os cantos do mundo. Mas, a partilha do mundo entre dois trustes fortes não exclui, naturalmente, *uma nova partilha*, no caso de se modificar a correlação de forças, em consequência da desigualdade do desenvolvimento, das guerras, dos *cracks* etc. (p. 101-102)

[...]

As condições estritamente econômicas não são as únicas a influenciar o desenvolvimento das possessões coloniais; também jogam o seu papel condições geográficas e outras. Por mais vigoroso que tenha sido, durante as últimas décadas, o nivelamento do mundo e das condições econômicas e de vida dos diferentes países, sob a pressão da grande indústria, do comércio e do capital financeiro, a diferença continua a ser, no entanto, considerável; e entre os seis países mencionados, encontramos, por um lado, países capitalistas jovens que progrediram com uma rapidez extraordinária (a América do Norte, a Alemanha e o Japão), e por outro lado, há países capitalistas velhos que, durante os últimos anos, progrediram muito mais lentamente do que os anteriores (a França e a Inglaterra); em terceiro lugar, o país mais atrasado economicamente (a Rússia), no qual o imperialismo capitalista moderno se encontra envolvido, por assim dizer, numa rede particularmente densa de relações pré-capitalistas. (p. 114-115)

[...]

Vemos três regiões com um capitalismo altamente desenvolvido (alto desenvolvimento das vias e meios de comunicação, do comércio e da indústria): a Europa Central, a Grã-Bretanha e a América. Entre elas, três Estados que exercem o domínio do mundo: a Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos. A rivalidade imperialista e a luta entre estes Estados encontram-se extremamente acirradas, em virtude de a Alemanha dispor de uma região insignificante e de poucas colônias; a criação de uma “Europa Central” é ainda coisa do futuro, e está se engendrando através de uma luta desesperada. Por ora,

o traço característico de toda a Europa é o fracionamento político. Nas regiões da Grã-Bretanha e da América, ao contrário, a concentração política é muito elevada, mas há uma desproporção enorme entre a imensidão das colônias da primeira, e a insignificância das que a segunda possui. E, nas colônias, o capitalismo está apenas começando a se desenvolver. A luta pela América do Sul se torna cada dia mais acirrada.

Há duas regiões em que o capitalismo está debilmente desenvolvido: a Rússia e a Ásia oriental. Na primeira, a densidade populacional é extremamente baixa; na segunda, é elevadíssima. Na primeira, a concentração política é grande; na segunda não existe. A partilha da China mal começou, e a luta entre o Japão, os Estados Unidos, etc., para se apoderarem dela, é cada vez mais intensa.

Comparem esta realidade – a variedade gigantesca de condições econômicas e políticas, a desproporção extrema na rapidez de desenvolvimento dos diferentes países, etc., a luta furiosa entre os Estados imperialistas – com a ingênua fábula de Kautsky sobre o ultraimperialismo “pacífico”. Será que isto não é a tentativa reacionária de um pequeno-burguês assustado, querendo esconder-se da terrível realidade? Será que os cartéis internacionais, nos quais Kautsky vê os germes do “ultraimperialismo” (do mesmo modo que a produção de comprimidos nos laboratórios “poderia” qualificar-se de embrião da ultra-agricultura), não nos mostram o exemplo da partilha *e de uma nova partilha* do mundo, a transição da partilha pacífica para a não pacífica, e vice-versa? Será que o capital financeiro americano e de outros países – que dividiram pacificamente o mundo inteiro, com a participação da Alemanha, por exemplo, no Sindicato Internacional das Ferrovias ou no truste internacional da Marinha Mercante – não *redividem* hoje em dia o mundo, com base nas novas correlações de forças, que se modificam de uma maneira *nada* pacífica?

O capital financeiro e os trustes não atenuam, antes acentuam, a diferença entre o ritmo de desenvolvimento

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

dos diversos componentes da economia mundial. E, se a correlação de forças mudou, qual outra solução para as contradições pode ser encontrada sob o capitalismo, a não ser a da força? A estatística das ferrovias proporciona dados extraordinariamente exatos sobre a diferença de ritmo quanto ao desenvolvimento do capitalismo e do capital financeiro em toda a economia mundial. (p. 132-133)

[...]

Vimos que o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto já determina o lugar do imperialismo na história, pois, o monopólio, que nasce no solo da livre concorrência, e precisamente a partir dela, é a transição do capitalismo para uma ordem econômica e social superior. Há que assinalar particularmente quatro principais tipos de monopólio, ou manifestações principais do capitalismo monopolista, características da época que nos ocupa.

Primeiro: o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento. Ele é formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, pelos cartéis, pelos sindicatos e pelos trustes. Vimos o importante papel que eles exercem na vida econômica contemporânea. Nos princípios do século XX, conquistaram completa supremacia nos países avançados, e, se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países com tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (a Alemanha, os Estados Unidos), a Inglaterra – com o seu sistema de livre-comércio – mostrou esse mesmo fato fundamental, apenas um pouco mais tarde: o de que os monopólios surgem como consequência da concentração da produção.

Segundo: os monopólios vieram acirrar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria básica e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulheira e siderúrgica. O monopólio das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do

grande capital, e acirrou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

Terceiro: o monopólio surgiu dos bancos, que, de modestas empresas intermediárias no passado, se transformaram, hoje, em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos, de qualquer uma das nações capitalistas mais avançadas, realizaram a “união pessoal” do capital industrial e bancário, e concentraram, nas duas mãos, bilhões e bilhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro, de todo o país.

Uma oligarquia financeira que tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Quarto: o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos “velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral. Quando as colônias das potências europeias, por exemplo, representavam um décimo do território da África, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela “livre conquista”, por assim dizer, de territórios. Mas, quando nove décimos da África já estavam ocupados (por volta de 1900), e todo o mundo já estava repartido, começou inevitavelmente a era de posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente acirrada pela divisão e pela nova partilha do mundo.

É bastante conhecido até que ponto o capitalismo monopolista acirrou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Este acirramento das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição, iniciado com a

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

vitória definitiva do capital financeiro mundial.

Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas, por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a caracterizá-lo como capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. É com relevo cada vez maior que emerge, como uma das tendências do imperialismo, a formação de “Estados” rentistas, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupons”. Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição exclui o rápido crescimento do capitalismo. Não, certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma quer outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo se desenvolve com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este desenvolvimento não só é cada vez mais desigual, em geral, como a desigualdade se manifesta também, em particular, na decomposição dos países mais ricos em capital (Inglaterra). (p. 165-167)

A Acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo, LUXEMBURGO, 1912

O resultado geral da luta entre o capitalismo e a economia simples de mercado é este: o capital substitui a economia de mercado simples, depois desta ter substituído a economia natural. Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista.

Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas, nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas. (p. 363)

[...]

Mas, a suposição de que Marx parte é apenas uma simples premissa teórica, que ele utiliza para facilitar e simplificar a investigação. Na realidade, a produção capitalista não é um regime único e exclusivo, como todo mundo sabe, e como o próprio Marx realça, de vez em quando, em sua obra. Em todos os países capitalistas, mesmo aqueles de indústria mais desenvolvida, acham-se, junto às empresas capitalistas agrícolas e industriais, numerosas manifestações de tipo artesanal e camponesa, baseadas no regime da simples produção de mercadorias. Na própria Europa, ainda existem, ao lado dos velhos países capitalistas, outros em que continuam predominando, de um modo bastante considerável, como acontece na Rússia, nos países balcânicos e escandinavos e na Espanha, esse tipo de produção artesanal e camponesa. E, finalmente, junto aos países capitalistas da Europa e da América do Norte, existem, contudo, continentes enormes, nos quais a produção capitalista só começa a manifestar-se em uns poucos centros dispersos, surgindo, na imensidão de sua superfície, as mais diversas formas econômicas, desde o comunismo primitivo até o regime feudal, camponês e artesanal. Todas essas formas de sociedade e de produção, não apenas coexistem ou coexistiram com o capitalismo, em convivência pacífica no espaço, mas, também, desde o início da era capitalista, estabeleceram-se, entre elas e o capitalismo europeu, um intenso processo de troca com características próprias. A produção capitalista, como autêntica produção de massa que é, não possui outro

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

remédio, senão buscar clientela nos setores camponeses e artesanais dos velhos países, nos consumidores do resto do mundo, porque também não pode desenvolver-se tecnicamente, sem contar com os produtos (meios de produção e de subsistência) de todos esses setores e países. Assim se explica que, desde os primeiros momentos, se desenvolvesse, entre a produção capitalista e o meio não-capitalista que a envolvia, um processo de intercâmbio, no qual o capital, ao mesmo tempo que encontrava a possibilidade de realizar em dinheiro constante sua mais-valia, para os fins de sua capitalização intensiva, acumulava as mercadorias necessárias para desenvolver sua própria produção. Finalmente, abria-se caminho para a conquista de novas forças de trabalho proletarizadas, mediante a decomposição de todas aquelas formas de produção não-capitalistas. (p. 428)

[...]

Não há dúvida de que a tendência desenvolvimentista da produção capitalista a penetrar nos países não-capitalistas se manifesta no mesmo instante em que aquela surge no cenário histórico, estendendo-se como uma volta incessante, ao largo de toda a sua evolução, ganhando cada vez mais em importância, até converter-se, por fim, há um quarto de século, ao chegar a fase do imperialismo, no fator predominante e decisivo da vida social.

É certo que todo mundo sabe que não houve jamais, até hoje, nem há na atualidade, um único país em que impere, com caráter único e exclusivo, a produção capitalista e no qual existam, apenas, capitalistas e trabalhadores assalariados. Essa sociedade, ajustada às premissas do segundo volume de O Capital, não existe, nem jamais existiu, na realidade histórica concreta. (p. 434)

O desenvolvimento do capitalismo da Rússia, LÊNIN, 1899

Podemos resumir, agora, as principais teses que decorrem da análise dos dados que examinamos.

1) A situação econômica e social em que hoje se insere o

campesinato russo é a da economia mercantil. Mesmo na região agrícola central (que, sob esse aspecto, e comparada às regiões periféricas do sudeste e às províncias industriais, é a mais atrasada), o camponês está inteiramente subordinado ao mercado: depende dele, tanto para seu consumo pessoal, como para sua atividade, sem falar dos impostos.

- 2) O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria, e a sua espoliação pela minoria, que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória, exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros. É o que se dá no arrendamento, nas compras de terras, e nas “oficinas”, com seus tipos diametralmente opostos; é o que se dá, ainda, no progresso técnico do estabelecimento agrícola.

Atribuímos fundamental importância a essa conclusão, não só em relação com o problema do capitalismo na Rússia, mas também com a questão da validade geral da teoria populista. Precisamente essas contradições provam, notória e irrefutavelmente, que o sistema de relações econômicas existentes na comunidade rural não constitui, em hipótese alguma, uma formação particular (a “produção popular” etc.), mas um habitual sistema pequeno-burguês. Contrariamente ao apregoado pelas teorias dominantes entre nós, no último meio século, a comunidade camponesa russa não é antagônica ao capitalismo, mas, ao contrário, é a sua base mais profunda

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

e sólida. A mais profunda, porque é no seu interior mesmo, sem nenhuma influência “artificial”, e apesar das instituições que entravam os progressos do capitalismo, que constatamos a formação constante de elementos capitalistas. A mais sólida, porque é sobre a agricultura em geral, e o campesinato em particular, que pesam mais intensamente as tradições da Antiguidade, as tradições do regime patriarcal e, conseqüentemente, é aí que a ação transformadora do capitalismo (desenvolvimento das forças produtivas, transformações das relações sociais, etc.) se manifesta mais lenta e mais gradualmente. (p. 112-113)

[...]

II. Associação do sistema baseado na corveia com o sistema capitalista

O sistema da corveia foi minado pela abolição da servidão. Foram minados todos os seus fundamentos essenciais: a economia natural, o caráter fechado e autossuficiente do feudo, a estreita interdependência dos seus elementos componentes, o poder do latifundiário sobre os camponeses. A economia camponesa separou-se da economia senhorial: o camponês teve de resgatar a terra, adquirindo-a em plena propriedade, e o senhor teve de passar ao sistema da economia capitalista que, como vimos, apoia-se em bases diametralmente opostas. Mas, é evidente que essa passagem a um sistema totalmente diferente não poderia efetuar-se bruscamente, e por duas razões: em primeiro lugar, ainda não estavam dadas as condições necessárias à produção capitalista. Para que elas existissem, era preciso uma classe de homens habituados ao trabalho assalariado, era preciso que os instrumentos do camponês fossem substituídos pelos do latifundiário, e que a agricultura deixasse de ser assunto do senhor feudal, e se organizasse como qualquer empresa industrial ou comercial. Todas essas condições só podiam formar-se gradualmente, e as tentativas de alguns latifundiários, no sentido de trazer do exterior máquinas e operários logo após a reforma, só podiam redundar em fracasso total. Em segundo lugar, a passagem imediata

à organização capitalista era inviável, porque o sistema da corveia fora apenas minado, mas não inteiramente eliminado. A economia camponesa separou-se da economia latifundiária, mas não completamente: os latifundiários continuaram a deter uma parte muito importante dos lotes camponeses – os *otrezki*, os bosques, as pradarias, os bebedouros para o gado, as pastagens, etc. Sem essas terras (ou servidões), os camponeses não tinham condições de praticar uma economia independente, e foi possível aos latifundiários prolongar o antigo sistema econômico, sob a forma de pagamento em trabalho. Também restava a alternativa da “coação extra-econômica”: a dependência temporária, a caução solidária, os castigos corporais, o envio de camponeses a trabalhos públicos, etc.

Portanto, a economia capitalista não podia surgir subitamente, nem a corveia podia desaparecer de repente. O único sistema econômico possível era, pois, um sistema de transição, combinado e associando traços da corveia e do sistema capitalista. E são precisamente esses traços que caracterizam de fato a estrutura da economia latifundiária após a reforma. Apesar de uma diversidade infinita de formas, própria de uma época de transição, a organização da economia latifundiária reduz-se atualmente a dois sistemas básicos, em combinações, as mais variadas: o sistema de *pagamento em trabalho* e o sistema *capitalista*. O sistema de pagamento em trabalho consiste em que os camponeses das vizinhanças trabalham a terra com seus próprios instrumentos, sendo que a forma de pagamento não muda a essência desse sistema (seja em dinheiro, quando são contratados por tarefa; em espécie, quando se trata de parceria; em terras ou servidões, quando se trata de pagamento em trabalho no sentido estrito da expressão). Trata-se de um remanescente direto da corveia, cujas características, acima enumeradas, se aplicam quase inteiramente ao sistema de pagamento em trabalho (excetuando-se apenas o fato de que, numa das formas da corveia, ou seja, nos contratos de trabalho por tarefa, o

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

pagamento em espécie é substituído pelo pagamento em dinheiro). O sistema capitalista consiste na contratação de trabalhadores (por ano, temporada, dia, etc.), que cultivam a terra com os instrumentos do dono. Na realidade, esses dois sistemas se entrelaçam, da forma mais variada e bizarra: a maioria dos latifundiários recorre a ambos, empregando-os em operações econômicas diferentes. É perfeitamente natural que a combinação de sistemas tão heterogêneos, e mesmo opostos, resulte, na prática, numa série de contradições e conflitos extremamente profundos e complexos, que ocasionam a ruína de um grande número de proprietários. Esse fenômeno é típico dos períodos de transição. (p. 124-123)

[...]

Com essa combinação do sistema de pagamento em trabalho com o sistema capitalista, a estrutura atual da economia latifundiária se torna muito semelhante à que dominou a nossa indústria têxtil, antes do surgimento da grande indústria mecanizada. Na indústria têxtil, uma parte das operações (urdidura do fio, tintura, arremate do tecido, etc.) era realizada por operários assalariados, com instrumentos do comerciante, e outra parte era realizada pelos *kustares* que, com seus instrumentos, trabalhavam por conta do patrão, que lhes fornecia a matéria-prima; aqui, uma parte das tarefas é executada por assalariados que empregam material do proprietário, e outra parte é realizada por camponeses, que trabalham a terra alheia com os seus instrumentos. Na indústria têxtil, o capital comercial combinava-se com o capital industrial, e sobre o *kustar* pesava, além do capital, a servidão, a mediação dos mestres-artesãos, o *trucksystem*, etc. Na agricultura, passa-se o mesmo: o capital industrial soma-se ao capital comercial e usurário, e constata-se a redução do preço do trabalho, sob todas as suas formas, e o reforço da dependência pessoal do produtor. Na indústria têxtil, o sistema de transição manteve-se, durante séculos, baseando-se numa técnica manual primitiva, e foi liquidado

em três décadas, pela grande indústria mecanizada. Na agricultura, o pagamento em trabalho existe quase desde a origem da Rússia (já no tempo da *Rússkaya Prauda*, os senhores tornavam os *smerds* em seus vassalos); ele perpetuou uma técnica rotineira, e só começa a ceder seu lugar ao capitalismo, num ritmo acelerado, após a reforma. Na agricultura, como na indústria têxtil, o velho sistema conduz à estagnação das formas de produção (e, pois, do conjunto das relações sociais), e à dominação do atraso. Na agricultura como na indústria, as novas formas de exploração capitalistas, apesar de todas as contradições que lhes são inerentes, representam um enorme progresso. (p. 132)

[...]

Em segundo lugar, o capitalismo agrário sacudiu pela primeira vez a estagnação secular da nossa agricultura, deu um imenso impulso à transformação da sua técnica, ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Aqui, uns poucos decênios de “rompimento” capitalista fizeram mais do que séculos inteiros da história precedente. A uniformidade da economia natural rotineira foi substituída pela diversidade de formas da agricultura comercial; os instrumentos agrícolas primitivos começam a ceder lugar a instrumentos e máquinas aperfeiçoados; o imobilismo dos antigos sistemas de cultura foi minado por procedimentos modernos. O processo de todas essas transformações está indissoluvelmente ligado à mencionada especialização da agricultura. Pela sua natureza mesma, o capitalismo não pode ter um desenvolvimento uniforme na agricultura (nem na indústria): num lugar (num país, numa região, num estabelecimento agrícola), ele faz progredir um ramo da economia rural; noutra região, impulsiona outro ramo, etc. Aqui, ele transforma a técnica de um tipo de operações agrícolas; ali, de outro, separando-as da economia camponesa patriarcal e dos patriarcais pagamentos em trabalho. Já que todo esse processo é regido por exigências caprichosas do mercado, nem sempre

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

conhecidas do produtor, a agricultura capitalista, em cada caso particular (não raro em cada região, às vezes até mesmo em cada país), torna-se mais unilateral e exclusiva do que a antiga agricultura patriarcal, no cômputo geral, em compensação, torna-se infinitamente mais racional e diversificada. A formação de ramos especializados na agricultura comercial torna as crises capitalistas e a superprodução possíveis e inevitáveis, mas elas (como todas as crises capitalistas) dão um impulso ainda mais vigoroso à produção mundial e socialização do trabalho. (p. 204)

[...]

VI. A “missão” do capitalismo

Concluindo, resta-nos fazer apenas o balanço daquilo que a nossa literatura econômica chama de “missão” do capitalismo, vale dizer, do seu papel histórico no desenvolvimento econômico da Rússia. Como tentamos demonstrar detalhadamente em cada etapa da nossa exposição factual, o reconhecimento do caráter progressista desse papel é perfeitamente compatível com o pleno reconhecimento dos aspectos negativos e sombrios do capitalismo, com o pleno reconhecimento das contradições sociais profundas e multilaterais, que são inevitavelmente próprias do capitalismo, e revelam o caráter historicamente transitório desse regime econômico. Precisamente os populistas, que tentam por todos os meios apresentar o problema como se o reconhecimento do caráter progressista do capitalismo fosse uma forma de apologia, precisamente eles erram ao subestimar (e, por vezes, ao omitir) as profundas contradições do capitalismo russo, obscurecendo a desintegração do campesinato, o caráter capitalista da evolução da nossa agricultura, a formação de uma classe de operários assalariados industriais e agrícolas com posse de um lote de terra, escamoteando o absoluto predomínio das formas inferiores e piores do capitalismo, na famigerada indústria “artesanal”.

O histórico papel progressista do capitalismo pode

ser resumido em duas palavras: aumento das forças produtivas do trabalho social, e socialização deste. Esses fatos, porém, manifestam-se em processos bastante diversos, nos diferentes ramos da economia nacional.

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social só se manifesta, com plena relevância, na época da grande indústria mecanizada. Antes dessa fase superior do capitalismo, a produção se funda no trabalho manual e numa técnica primitiva, cujos progressos são espontâneos e extremamente lentos. Sob esse prisma, o período posterior à reforma se diferencia radicalmente de todos os outros da história russa. A Rússia do arado de madeira e do mangual, do moinho movido à água e da roca, começou a se transformar, rapidamente, num país de arados de ferro e debulhadoras, de moinhos a vapor e teares a vapor. E não há nenhum ramo da economia nacional submetida à produção capitalista em que não se observe transformação tão completa da técnica. Dada a própria natureza do capitalismo, esse processo de transformação não pode ocorrer de outro modo, senão em meio a uma série de desigualdades e desproporções: aos períodos de prosperidade, sucedem os de crise; o desenvolvimento de um ramo industrial provoca o declínio de outro; o progresso da agricultura afeta aspectos da economia rural que variam segundo as regiões; o desenvolvimento do comércio e da indústria supera o da agricultura, etc. Boa parte dos erros cometidos pelos escritores populistas decorre do fato de eles tentarem provar que esse desenvolvimento desproporcional, aleatório, aos saltos, não é desenvolvimento.

Outra particularidade do desenvolvimento capitalista das forças produtivas sociais consiste em que o crescimento dos meios de produção – do consumo produtivo – é bem superior ao do consumo pessoal; indicamos mais de uma vez como isso ocorre na indústria e na agricultura. Essa particularidade se deve às leis gerais que regem a realização do produto na sociedade capitalista, e corresponde inteiramente à natureza antagônica dessa sociedade.

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

A socialização do trabalho pelo capitalismo se manifesta nos seguintes processos. Em primeiro lugar, o próprio crescimento da produção mercantil põe fim à dispersão das pequenas unidades econômicas, própria da economia natural, e reúne os pequenos mercados locais, num grande mercado nacional (depois mundial). A produção para si se converte em produção para toda a sociedade e, quanto mais alto é o desenvolvimento do capitalismo, tanto mais intensa se torna a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. Em segundo lugar, o capitalismo substitui a antiga dispersão da produção por uma concentração sem precedentes, quer na agricultura, quer na indústria. Essa é a manifestação mais nítida e mais relevante, embora nem de longe a única, dessa particularidade do capitalismo. Em terceiro lugar, o capitalismo elimina as formas de dependência pessoal, que são parte inalienável dos antigos sistemas econômicos. Sob esse ângulo, seu papel progressista avulta na Rússia, pois, a dependência pessoal do produtor existia (e em parte continua existindo), não apenas na agricultura, mas também na indústria de transformação (as “fábricas” que empregam trabalho servil), na indústria mineira, pesqueira, etc. Confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista. Em quarto lugar, o capitalismo cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores, sob os quais era impossível, com a mínima amplitude sequer. Em quinto lugar, o capitalismo provoca uma redução constante da parte da população ocupada na agricultura (onde sempre predominam as formas mais atrasadas de relações econômicas e sociais) e um crescimento do número de grandes centros industriais. Em sexto lugar, a sociedade capitalista aumenta a necessidade de união e associação da população, e dá às suas organizações um caráter peculiar, distinto em relação

aos períodos anteriores. Destruindo as limitadas uniões corporativas locais da sociedade medieval, e instaurando uma concorrência impiedosa, o capitalismo fratura simultaneamente o conjunto da sociedade em grandes grupos de pessoas, que ocupam diferentes posições na produção, impulsionando vigorosamente a constituição de associações no interior de cada um desses grupos. Em sétimo lugar, todas as referidas transformações do antigo regime econômico, operadas pelo capitalismo, levam inevitavelmente à mudança da estatura moral da população. O caráter desigual do desenvolvimento econômico, a rápida transformação dos métodos de produção, a enorme concentração da produção, o desaparecimento de todas as formas de dependência pessoal e de patriarcalismo nas relações, a mobilidade da população, a influência dos grandes centros industriais – tudo isso só pode levar à mudança profunda do caráter mesmo dos produtores, e já fizemos referências a observações de pesquisadores russos a esse respeito.

Retomando aos economistas populistas, com os quais tivemos de polemizar constantemente, podemos resumir as causas das nossas divergências. Em primeiro lugar, não podemos deixar de assinalar que é absolutamente errônea a concepção dos populistas acerca do processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia, bem como acerca do sistema de relações econômicas que precedeu o capitalismo russo. Ao mesmo tempo, pensamos que é particularmente significativa a ignorância dos populistas no referente às contradições capitalistas no seio do sistema da economia camponesa (seja a agrícola, seja a industrial). Quanto ao problema da lentidão ou rapidez do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, tudo depende daquilo com que se compare esse desenvolvimento. Se se compara a época pré-capitalista da Rússia com o seu período capitalista (e é justamente essa comparação que deve ser feita para a correta solução do problema), é forçoso reconhecer que, sob o capitalismo, a nossa economia nacional

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

se desenvolve muito rapidamente. Mas, se a comparação é feita entre este ritmo de desenvolvimento e aquele que seria possível sob o nível atual da técnica e da cultura, deve-se, em geral, reconhecer que esse desenvolvimento do capitalismo na Rússia é realmente lento. E não poderia ser diferente: nenhum outro país capitalista conserva tantas instituições antigas, incompatíveis com o capitalismo, retendo o seu desenvolvimento, e agravando infinitamente a situação dos produtores, que “sofrem tanto pelo capitalismo como pelo seu insuficiente desenvolvimento”. Por último, a causa mais profunda da nossa divergência com os populistas, por pouco, não radica na diferença de concepções básicas dos processos econômicos e sociais. Quando estuda esses processos, o populista chega habitualmente a conclusões moralizantes; não considera os diversos grupos que participam da produção como criadores dessas ou daquelas formas de vida, e não se coloca como objetivo a apresentação de todo o conjunto das relações econômicas e sociais, como resultante das relações existentes entre esses grupos, cujos interesses e papéis históricos são diferentes... Se o autor dessas linhas contribuiu para esclarecer esses problemas, ele pode acreditar que o seu trabalho não foi inútil. (p. 373-375)

Carta de Engels a Conrad Schmidt, 12 de março de 1895.

In: MARX e ENGELS. Selected Correspondence

Acontece exatamente o mesmo com a lei do valor e a distribuição da mais-valia por meio da taxa de lucro:

1) Ambas atingem sua completa realização aproximada apenas com o pressuposto de que a produção capitalista tenha sido completamente estabelecida por toda parte, isto é, que a sociedade tenha sido reduzida às mesmas classes dos proprietários rurais, capitalistas (industriais e comerciantes) e operários – tendo sido abolidos todos os graus intermediários. Essa condição não existe, nem mesmo na Inglaterra, e jamais existirá – não deixaremos que chegue a tal ponto. (p. 458)

Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring, ENGELS, 1878

Em todas as sociedades que passam por um desenvolvimento natural da produção – e a atual figura entre elas –, não são os produtores que dominam os meios de produção, mas os meios de produção que dominam os produtores. Nesse tipo de sociedade, cada nova alavanca da produção necessariamente se converte num novo meio de subjugação do produtor, pelo meio de produção. Isso vale, sobretudo, para a alavanca da produção que, até a introdução da grande indústria, foi de longe a mais poderosa: a divisão do trabalho. A primeira grande divisão do trabalho, a divisão entre cidade e campo, já condenou a população do campo a um embrutecimento milenar, e os cidadãos à servidão, cada um deles com seu trabalho manual individual. Ela aniquilou o fundamento do desenvolvimento espiritual de uns, e do desenvolvimento físico de outros. Quando o agricultor se apropria do solo e o cidadão se apropria de seu trabalho manual, o solo se apropria do agricultor, na mesma medida, e o trabalho manual se apropria do trabalhador manual, na mesma medida. À medida que o trabalho é dividido, o ser humano também o é. A formação plena de uma única atividade exige o sacrifício de todas as demais capacidades físicas e intelectuais. Esse atrofiamento do ser humano cresce, na mesma proporção em que aumenta a divisão do trabalho, que atinge seu desenvolvimento máximo na manufatura.

[...]

Os utopistas já tinham obtido total clareza sobre os efeitos da divisão do trabalho, sobre, por um lado, o atrofiamento do trabalhador e, por outro, a própria atividade laboral, que é restrita a repetição vitalícia, uniforme, mecânica, de um mesmo ato. A supressão do antagonismo entre cidade e campo é exigida, tanto por Fourier como por Owen, como primeira condição básica da supressão da antiga divisão do trabalho. Para ambos, a população deve se distribuir pelo território em grupos de 1,6 mil a 3 mil pessoas; cada grupo

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

habita no centro do seu distrito num palácio gigantesco, com orçamento comum. Fourier até fala aqui e ali de cidades, mas estas são constituídas por apenas quatro a cinco daqueles palácios, localizados nas cercanias uns dos outros. Para ambos, cada membro da sociedade participa ativamente, tanto da agricultura como da indústria – para Fourier, o papel principal nesta última é desempenhado pelo trabalho artesanal e pela manufatura, ao passo que, para Owen, o é pela grande indústria, que ademais já exige a introdução da energia a vapor e da maquinaria, nos trabalhos domésticos. Mas, tanto para a agricultura como para a indústria, ambos exigem a maior alternância possível de ocupações para cada indivíduo e, de modo correspondente, a formação da juventude para uma atividade técnica o mais polivalente possível. Para os dois, o ser humano deve se desenvolver universalmente, mediante atuação prática, e o trabalho deve recuperar o estímulo atrativo que perdeu com a divisão – para isso, contribuirão de imediato a variação e a correspondente brevidade da “sessão” (para usar uma expressão de Fourier), dedicada a cada trabalho individual. Ambos estão muito à frente do modo de pensar das classes espoliadoras, herdado pelo sr. Dühring, que considera o antagonismo entre cidade e campo inevitável pela própria natureza da coisa... (p. 326-328).

[...]

Ao ensinar-nos a transformar, com finalidades técnicas, em movimento de massa, o movimento molecular que pode ser produzido, mais ou menos em toda parte, a grande indústria livrou a produção industrial, em medida considerável, das barreiras locais. A energia da água era local, a energia do vapor é livre. Enquanto a energia da água é necessariamente rural, a energia do vapor de modo algum é necessariamente urbana. É seu uso capitalista que a concentra preponderantemente nas cidades, e converte povoados fabris em cidades fabris. Ao fazer isso, porém, ela simultaneamente solapa as condições de sua

própria atividade. O primeiro requisito da máquina a vapor, e a principal exigência de quase todos os ramos de atividade da grande indústria, é a água relativamente pura. Porém, a cidade fabril transforma toda a água numa pocilga fedorenta. Portanto, na mesma medida em que a concentração urbana é condição básica da produção capitalista, todo capitalista industrial está sempre procurando afastar-se das grandes cidades por ela necessariamente geradas, seguindo em direção à empresa rural. Esse processo pode ser estudado em detalhes nos distritos da indústria têxtil de Lancashire e Yorkshire – a grande indústria capitalista gera ali constantemente novas cidades grandes, ao desviar-se de maneira contínua da cidade para o campo. Algo similar acontece nos distritos da indústria metalúrgica, onde causas parcialmente distintas produzem os mesmos efeitos.

Somente a supressão do caráter capitalista da indústria moderna é capaz de suprimir essa nova circulação defeituosa, essa sua contradição, que constantemente gera a si mesma. Somente uma sociedade que conseguir engrenar suas forças produtivas harmonicamente, segundo um único grande plano, permitirá que a indústria se estabeleça por todo o território, na densidade mais adequada possível ao seu próprio desenvolvimento e à conservação (ou, então, ao desenvolvimento) dos demais elementos da produção.

Sendo assim, a supressão do antagonismo entre cidade e campo não só é possível: ela se tornou uma necessidade direta da própria produção industrial, assim como também se tornou uma necessidade da produção agrícola e, ademais, do cuidado com a saúde pública. Somente com a fusão de cidade e campo, poderá ser eliminado o atual envenenamento do ar, da água e do solo, somente com ela, as massas, que atualmente definham nas cidades, poderão ter seu excremento utilizado para a geração de plantas, em vez de para a geração de doenças.

A indústria capitalista já se tornou relativamente independente das limitações locais das bases de produção

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

das suas matérias-primas. A indústria têxtil processa maciçamente matérias-primas importadas. Minérios de ferro espanhóis são processados na Inglaterra e na Alemanha, minérios de cobre espanhóis e sul-americanos são processados na Inglaterra. Toda mina de carvão abastece de combustível, para além de seus próprios limites geográficos, um perímetro industrial que, a cada ano, se amplia mais. Na costa europeia inteira, as máquinas a vapor são movidas com carvão inglês e, às vezes, alemão e belga. A sociedade, liberta das barreiras da produção capitalista, pode avançar ainda mais. Ao gerar uma linhagem de produtores de formação polivalente, que compreendem os fundamentos científicos da produção industrial em seu conjunto, e praticaram, do começo ao fim, toda uma série de ramos da produção, essa sociedade cria uma nova força produtiva, que compensa com folga o trabalho de transporte das matérias-primas e dos combustíveis trazidos de grandes distâncias.

A supressão da divisão entre cidade e campo não é, portanto, nenhuma utopia, nem mesmo no aspecto em que ela tem como condição a distribuição mais homogênea possível da grande indústria por todo o território. No entanto, a civilização nos deixou as grandes cidades como um legado, que levará muito tempo e custará muito esforço para ser eliminado. Mas, elas deverão ser eliminadas e o serão, mesmo que seja um processo demorado.

[...]

Todavia, para enxergar que os elementos revolucionários que eliminarão a velha divisão do trabalho junto com a divisão entre cidade e campo, e que subverterão toda a produção, que esses elementos já estão contidos embrionariamente nas condições de produção da grande indústria moderna, e que seu desabrochar é impedido pelo atual modo de produção capitalista, para enxergar isso é preciso ter um horizonte um pouco mais amplo do que o do âmbito de vigência do direito territorial da Prússia, o país em que a cachaça e o açúcar de beterraba são os

produtos industriais decisivos, e em que se pode estudar as crises comerciais no mercado de livros. Para enxergar isso, é preciso conhecer a grande indústria real em sua história e em sua realidade presente, especialmente em seu país de origem, e no único país em que ela atingiu sua configuração clássica. (p. 330-332)

Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política, MARX

Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal, em que todas as demais cores estão imersas, e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta. (p. 59)

O capital - Crítica da economia política (Livro I) - O Processo de Produção do Capital, MARX, 1867

O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o momento, a Inglaterra. Essa é a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica, mas, se o leitor alemão encolher farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: *De te fabula narratur* [A fábula refere-se a ti]!

Na verdade, não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais, decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade. O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

desenvolvido a imagem de seu próprio futuro.

Mas, deixemos isso de lado. Onde a produção capitalista se instalou plenamente entre nós – por exemplo, nas fábricas propriamente ditas–, as condições são muito piores que na Inglaterra, pois, aqui, não há o contrapeso das leis fabris. Em todas as outras esferas, atormenta-nos, do mesmo modo como nos demais países ocidentais do continente europeu, não só o desenvolvimento da produção capitalista, mas também a falta desse desenvolvimento.

Além das misérias modernas, aflige-nos toda uma série de misérias herdadas, decorrentes da permanência vegetativa de modos de produção arcaicos e antiquados, com o seu séquito de relações sociais e políticas anacrônicas. Padecemos, não apenas por causa dos vivos, mas também por causa dos mortos. *Le mort saisit le vif!* [O morto se apodera do vivo!] (p. 78-79).

O capital - Crítica da economia política (Livro III) - O Processo Global da Produção Capitalista, MARX, 1894

A súbita expansão do mercado mundial, a multiplicação das mercadorias em circulação, a rivalidade entre as nações europeias pela posse dos produtos asiáticos e dos tesouros americanos, o sistema colonial, contribuíram essencialmente para quebrar as barreiras feudais da produção. No entanto, o modo de produção moderno se desenvolveu, em seu primeiro período, o período manufatureiro, somente onde as condições para tanto haviam sido geradas, durante a Idade Média. Compare-se, por exemplo, a Holanda com Portugal. E se, no século XVI e em parte ainda no século XVII, a súbita expansão do comércio, e a criação de um novo mercado mundial, exerceram influência preponderante sobre o ocaso do modo de produção antigo e a ascensão capitalista, então, isso aconteceu, pelo contrário, com base no modo de produção capitalista, uma vez criado. O próprio mercado mundial constitui a base desse modo de produção. Por outro lado, a necessidade imanente ao mesmo, no sentido

de produzir, em escala cada vez maior, leva à constante expansão do mercado mundial, de tal modo que aqui não é o comércio que revoluciona a indústria, mas a indústria que constantemente revoluciona o comércio. Também o predomínio comercial está agora ligado à maior ou menor preponderância das condições da grande indústria. Compare-se, por exemplo, Inglaterra e Holanda. A história da decadência da Holanda, como nação comercial dominante, é a história da subordinação do capital comercial ao capital industrial. Os obstáculos que a solidez e a estruturação interna dos modos de produção nacionais pré-capitalistas opõem à ação dissolvente do comércio mostram-se, de modo marcante, no intercâmbio dos ingleses com a Índia e a China. A base ampla do modo de produção é aqui formada pela unidade de pequena agricultura com indústria caseira, ao que na Índia ainda se acrescenta a forma das comunicações aldeãs, baseadas na propriedade comum do solo, que, aliás, também na China era a forma original. Na Índia, os ingleses aplicaram, ao mesmo tempo, seu poder político e econômico direto, como dominadores e arrendatários da terra, para fazer saltar essas pequenas comunidades econômicas. Se seu comércio atua aqui revolucionariamente sobre o modo de produção, só o faz à medida que, por causa do baixo preço de suas mercadorias, aniquila a fiação e a tecelagem, que constituem uma antiquíssima parte integrante dessa unidade de produção industrial-agrícola, e, assim, rompem as comunidades. Mesmo aqui, só conseguem levar a cabo esse processo de dissolução paulatinamente. Ainda menos na China, onde o poder político direto não vem em sua ajuda. A grande economia e a poupança de tempo que decorrem da ligação entre agricultura e manufatura oferecem, aqui, a mais pertinaz resistência aos produtos da grande indústria, em cujo preço entram os *faux frais* do processo de circulação, que os penetra por toda parte. Em antítese ao comércio inglês, o comércio russo deixa, no entanto, intocada a base econômica da produção asiática. (p. 250)

Referências

TROTSKY, Leon. *A Internacional Comunista depois de Lênin: Stalin, o grande organizador de derrotas*: São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2020.

TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*. 2ª ed. São Paulo, Sundermann, 2017a. (Tomo I e II).

TROTSKY, Leon. *Programa de transição para a revolução socialista: a agonia mortal do capitalismo e as tarefas da IV Internacional*. Traduzido por Ana Beatriz da Costa Moreira. São Paulo: Sundermann, 2017

TROTSKY, Leon. Balanço e perspectivas. In: *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010. p. 25-130.

TROTSKY, Leon. A revolução espanhola e as tarefas dos comunistas. In: *A teoria da revolução permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010. p. 321-350.

TROTSKY, Leon. *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Edições Iskra; Buenos Aires: CEP - Centro de Estudios,

Investigaciones y Publicaciones “Leon Trotsky”, 2009.

TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TROTSKY, Leon. *A revolução traída*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TROTSKY, Leon. Tres concepciones de la Revolución Rusa. In: TROTSKY, Leon. *Teoría de la revolución permanente (compilación)*. 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones CEIP, 2000.

TROTSKY, Leon. *La Revolución de 1905*. Barcelona: Editorial Planeta, 1975.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- anchor.fm|por-massas